



Anais da Assembléia

Nº 021

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 25 DE MARÇO DE 1996

ANO XXIII

Mesa Diretora

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º - Secretário - PFL

EDGARD BUENO
3º Secretário - PSDB

JOÃO TECHI
4º Secretário - PPR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado ALGACI TÚLIO
PDT	Deputado VALDIR LUIZ ROSSONI
PMDB	Deputado CAÍTO QUINTANA
PFL	Deputado ÉLIO RUSCH
PT	Deputado ÂNGELO VANHONI
PP	Deputado SÉRGIO SPADA
PPR	Deputado CÉSAR SELEME
PSC	Deputado JOCELITO CANTO
PTB	Deputado NELSON JUSTUS
PSDB	Deputado CEZAR SILVESTRI

Representação Partidária

PMDB — 12: Orlando Pessuti - José D. Mattos do Amaral - Cleiton Kielse - Nereu A. de Moura - Renato G. Adur - Ricardo Chab - Caíto Quintana - José Maria Ferreira - Celso Samis da Silva - Toti Colaço - José Tavares S. Neto - Luiz Cláudio Romanelli; **PP** — 10: Albanor J. F. Gomes - Duílio Genari - Irondi Pegliesi - Geraldo Cartário Ribeiro - Antonio Annibelli - Sérgio Spada - Augustinho Zucchi - Joel G. Coimbra - Neivo Beraldin - Edson Silva Lino; **PDT** — 10: Algaci Tulio - Antonio Belinati - Luiz Carlos Martins - Luiz Carlos Zuk - Luiz R. Accorsi Motta - Edno Guimarães - Valdir Rossoni - Milton J. Pupio - Nelson Tureck - Walmor Trentini; **PTB** — 06: Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Alves - Anibal Khury - Nelson Justus - Eduardo Trevisan - Hermas Brandão; **PFL** — 06: Carlos Simões - Nelson Garcia - Reny Borsato - Élio Lino Rusch - Plauto Miró Guimarães - Basílio Zanusso; **PT** — 05: Emerson Nerone - Irineu Mário Colombo - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - Péricles H. Mello - Angelo Vanhoni; **PSDB** — 03: Edgar Bueno - Beto Richa - Cezar Silvestri; **PPR** — 02: João T. Filho - César A. Seleme; **PSC** — 01: Jocelito Canto.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA
ATA DA 15ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 1996
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, secretariada pelos Senhores Deputados Nelson Garcia e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Edgar Bueno, Techy Filho, Albanor Gomes, Algaci Túlio, Ângelo Vanhoni, Antonio Belinati, Antonio Annibelli, Augustinho Zucchi, Basílio Zanusso, Beto Richa, Caíto Quintana, Carlos Simões, César Seleme, Cezar Silvestri, Cleiton Kliese, Duílio Genari, Durval Amaral, Edmo Guimarães, Edson Silva Lino, Eduardo Trevisan, Elío Rusch, Emerson Neroni, Doutor Rosinha, Irondi Pugliesi, Joel Coimbra, José Maria Ferreira, José Tavares, Jocelito Canto, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Claudio Romanelli, Marquinhos Alves, Miltinho Puppio, Nelson Justus, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Remy Borsatto, Ricardo Chab, Sâmis da Silva, Sérgio Spada, Toti Colaço, Valdir Rossoni e Walmor Trentini (52). Achando-se ausentes os Senhores Deputados Geraldo Cartário e Irineu Colombo (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 681-X

Senhor Presidente.

O Deputado que o presentes subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 680

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja dado o uso da palavra ao Senhor Hélio Cadore - Diretor Superintendente do SEBRAE do Paraná, onde o mesmo irá defender uma nova política para as micro e pequenas empresas.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 681-S

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Nelci Dias da Silva Gonçalves, ocorrido no dia 23.03.96.

A extinta deixa o viúvo Antonio Gonçalves e 02 (dois) filhos: Sandro e Alcione da Silva Gonçalves.

O passamento da Senhora Nelci Dias da Silva Gonçalves deixa uma enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, porém nem o tempo, nem a distância poderão jamais apagar de nosso coração a lembrança e o exemplo dessa mulher que soube conquistar o amor, carinho e amizade de todos que tiveram a oportunidade de conhecê-la e conviver com ela.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abala a família Silva Gonçalves, enviando a ela voto de profundo pesar, e rogando a Deus que a todos conforte, endereçado para: rua Plutão, n° 34 - Conjunto Salgueiro - Sítio Cercado - CEP 81.910-000.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) RICARDO CHAB

REQUERIMENTO N° 682

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Edward Lakomy, ocorrido no dia 16 de março do corrente.

Nascido aos 10 de janeiro de 1921 em Lublin, na Polônia, veio para o Brasil somente no ano de 1944, juntamente com um grupo de pilotos da RAF - Força Aérea Real da Inglaterra. Ficou na Inglaterra durante 10 anos refugiando-se da guerra, período

que fez curso de piloto da RAF.

Começou a trabalhar no Brasil com uma lotação, a qual reformou, e vivia com dignidade e honestidade. Com o transcorrer do tempo sua atividade se desenvolveu, posto que atualmente era um dos sócios da empresa Nossa Senhora da Luz; além de gerenciar com os filhos a "Empreendimento e Construtora Lakomy". Aos 75 anos de idade o Senhor Edward Lakomy morre, deixando viúva a Senhora Ana Lakomy e três filhos: os engenheiros Edward Lakomy (37 anos), Lúcio Antônio Lakomy (32 anos), e a psicóloga Ana Maria Lakomy (35 anos).

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 683

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Sérgio Bilek.

Pessoa de grande estima, querido por toda a população de Ponta Grossa, cidade em que exercia a função de policial militar. Toda a população sentiu muito o seu falecimento, pois além de policial ele era amigo de todos que naquela cidade residem.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à família enlutada, à rua Latino Coelho, 243 - Vila Maria Otília - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 684

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente, subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido Voto de Pesar, pelo falecimento ocorrido em 12.03.96, do Sr. Alberto Schnekenberg.

Deixou enlutados não somente seus parentes, mas também todos aqueles que tiveram a felicidade e a oportunidade de conhecê-lo. Pessoa de grande estima, e amigo da comunidade de Ponta Grossa. Tinha muitas amizades e ajudava sempre as pessoas qu dele precisavam.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência à Família enlutada, sito a Rua Balduino Taques, 1140 - Centro - Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 681 - C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário Votos de Congratulações a Companhia de Saneamento do

Paraná - SANEPAR pelo transcurso de seu 33° Aniversário.

Requer, ainda, que da decisão do douto Plenário seja comunicado os seus diretores e funcionários à Rua Engenheiro Rebouças, Nesta Capital.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) EETO RICHIA

JUSTIFICATIVA:

Considerada empresa modelo na área de saneamento no Brasil, a SANEPAR chega aos 33 anos enfrentando e vencendo os grandes desafios nas áreas de abastecimento e de coleta de esgoto.

Atualmente, não podemos deixar de considerar alguns problemas por qual passou a empresa notadamente na área de investimento, o que propiciou, inclusive, racionamento de água em nossa Capital. Entretanto, com determinação e a participação de seus funcionários a Companhia de Saneamento do Paraná começa a mudar este quadro com investimentos de vultosos recursos, o que já resultou numa grande melhora no atendimento aos seus usuários. E está previsto, para breve, novas obras no setor de abastecimento, o que fará a suspensão do programa de racionamento no abastecimento de água da Capital.

No momento em que o Paraná recebe notícia alvissareira no campo empresarial, que é a vinda da fábrica da Renault para São José dos Pinhais, novamente vemos a eficiência da SANEPAR como fator fundamental para o sucesso das negociações - garantir o suprimento de água e o tratamento de esgoto desta fábrica - o que deu tranquilidade aos técnicos franceses da infraestrutura que precisavam.

Por tudo isso, queremos nesta oportunidade nos congratular com a atual diretoria e seu competente corpo funcional pela dedicação no trabalho que realizam para que a SANEPAR cada vez mais seja sinônimo de trabalho e competência.

REQUERIMENTO N° 681-Q

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER o envio de Votos de Congratulações ao Colégio Estadual Vicente Rijo - Ensino de 1° e 2° Graus, da cidade de Londrina, pela comemoração, no dia 1° de abril, do seu cinquentenário.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

REQUERIMENTO N° 688-D

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo um voto de congratula-

ções pela comemoração dos 100 anos do Seminário São José.

Que do teor do presente dê-se ciência a V. Rvdm.^a Dom Pedro Fedalto, Arcebispo Metropolitano de Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

"Sempre houve na Igreja Católica a formação de sacerdotes, desde que Jesus Cristo, por três anos, preparou os 12 apóstolos", ensinou o arcebispo metropolitano de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, explicando as atividades do Seminário São José. Com a finalidade de formar padres, o Seminário está localizado na Rodovia do Café, e conta atualmente com 58 internos cursando o 2º grau e 25 na Faculdade de Filosofia.

A tarefa de formar novos padres não é fácil. Requer dedicação e muito empenho, porque se trata de habilitar alguém para o sacerdócio. Habilitar alguém para levar a mensagem cristã para milhares de fiéis em muitos pontos do país e do mundo. Essa missão o Seminário São José tem cumprido ao longo dos 100 últimos anos, contribuindo sobremaneira para a realização da obra liderada pelo Vaticano.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder a todos os dirigentes, funcionários, mantenedores e alunos do Seminário São José, que contribuíram e contribuem de uma forma ou de outra para essa secular história.

REQUERIMENTO N° 688-E

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja formulado e inserido na Ata dos trabalhos deste Poder Legislativo um Voto de Congratulações aos médicos Francisco Grupermacher, Naoye Shiokawa e Irineu Antunes Neto, pelo excelente trabalho realizado à frente da Oftalmoclínica Curitiba.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) ALGACI TÚLIO

JUSTIFICATIVA:

Consolidar um serviço oftálmico da melhor qualidade possível é o principal objetivo da Oftalmoclínica Curitiba, formada há seis anos pelos médicos Francisco Grupermacher, Naoye Shiokawa e Irineu Antunes Neto, contando com a mais alta tecnologia da área.

Com um cuidado extremo, que vai desde as salas de atendimento até o centro cirúrgico, a Oftalmoclínica Curitiba vem trabalhando no sentido de colocar à disposição dos paranaenses todas as conquistas da ciência, com equipamentos computadorizados e a laser, similares aos encontrados nas melhores clínicas do país e do mundo.

Modernos exames e técnicas de cirurgia permitem a realização de procedimentos precisos, fundamentais para a correção de diversos problemas oftálmicos.

Não poderia mesmo ser diferente, como empreendimento de profissionais do maior gabarito, destacados pela competência e dedicação. Além dos três homenageados, outros dez oftalmologistas integram aquela clínica.

Que o presente requerimento enseje os sinceros cumprimentos deste Poder aos homenageados, augurando-lhes contínuo sucesso profissional.

REQUERIMENTO N° 689-B

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, Voto de Congratulações e Aplausos aos empreendedores do Hospital Vita-Curitiba pela inauguração dessa moderna Casa Hospitalar em nossa Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência aos seus Diretores.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Curitiba assistiu no último dia 22, a inauguração do moderno Hospital Vita-Curitiba.

É muito importante mostrar o lado positivo do nosso Paraná; é ainda muito mais importante levar ao conhecimento da opinião pública o nosso progresso aliado às maravilhas paranaenses. É gratificante a todos os paranaenses sabedores que o avanço científico e o progresso caminham lado a lado unindo a criatividade científica com o atual desenvolvimento do serviço médico-hospitalar.

Certo poeta dizia: "O homem torna-se útil à medida que demonstra seus conhecimentos." Só os feitos positivos podem marcar a presença do homem na vida. Passam-se os séculos, mas a voz do futuro vai marcando a figura daquele que realizou alguma coisa".

Pelo exposto e por tantos outros destaques, o Hospital Vita-Curitiba, sua direção e o corpo médico, funcionários e colaboradores fazem-se merecedores do nosso júbilo e de nossas congratulações para constar nos anais desta Casa Legislativa do Paraná, como atestado que a iniciativa como esta é fruto do trabalho e da competência administrativa.

REQUERIMENTO N° 681-D

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,

no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Sézar Augusto Bovino, Prefeito Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, congratulando pela passagem do quarto ano de emancipação política do Município, dia 19 de março de 1996.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Rio Bonito do Iguaçu é um Município de quatro anos e já destaca-se pela sua administração séria e competente junto ao Prefeito Sézar Augusto Bovino. Foram quatro anos de árduo trabalho onde a população demonstrou o espírito de luta e companheirismo. O trabalho sério de todo o povo de Rio Bonito do Iguaçu foram decisivos para se tornar um Município pujante.

Hoje, temos a grata satisfação de constatar que o esforço concentrado valeu a pena. Os resultados são surpreendentemente favoráveis.

A proposição deste Parlamentar, visa prestar uma justa homenagem àquela população que muito orgulha o nosso Estado.

REQUERIMENTO N° 681-E

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Diretor Geral do DER do Paraná, solicitando que seja efetuado com a maior urgência possível a limpeza e roçada nas margens da rodovia PR-484 que liga Capitão Leônidas Marques a Boa Vista da Aparecida.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) NEREU ALVES DE MOURA

JUSTIFICATIVA:

Fundamenta-se o requerimento em tela tendo em vista as precárias condições verificadas em quase toda a extensão daquela importante rodovia. Principalmente, pela construção da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, que está sobrecarregando aquela via, em função do transporte do material para a obra.

O mato está tomando conta da estrada. Muitos acidentes estão ocorrendo. Vidas estão sendo ceifadas. É um perigo enorme, transitar naquele trecho. Urge uma ação enérgica por parte do DER, objetivando minimizar a situação, oferecendo aos transeuntes condições normais de trafegabilidade.

REQUERIMENTO N° 681-F

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Senhor Pedro Fontana, Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, con-

gratulando pela passagem do quarto ano de emancipação política do município, dia 19 de março de 1996.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

No momento em que Saudade do Iguaçu comemora seus quatro anos de emancipação política, constatamos que atravessa atualmente uma grande transformação econômica, política e social.

O trabalho sério e honesto de sua população, aliado à competência de seus administradores, contribuiu para que Saudade do Iguaçu se tornasse um município pujante, onde a classe política faz da idoneidade, probidade e honra, seus principais instrumentos de trabalho.

Com esta proposição, o Legislativo paranaense, através deste Deputado, tributa a justa homenagem à população de Saudade do Iguaçu, que na árdua luta de tempos difíceis, deixaram um legado de trabalho e dedicação.

REQUERIMENTO N° 681-G

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Deni Lineu Schwartz, solicitando que determine ao setor competente do DER, ações com o objetivo de recuperar as condições de tráfego da rodovia estadual que liga a PR-277 ao Município de Campo Bonito.

Sala das Sessões, em 25.03.95.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O presente pleito justifica-se na total deterioração do leito daquela rodovia.

Buracos enormes, inexistência de acostamento, afundamento de pista, fazem com que seja uma verdadeira peripécia transitar na PR-471.

É indispensável o esmero e a determinação, objetivando oferecer a população que se utiliza daquela importante via, uma qualidade melhor de tráfego, reduzindo também o número de acidentes. Além, é claro, se nenhuma atitude for tomada, a rodovia em pouco tempo não existirá mais.

REQUERIMENTO N° 681-H

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Senhor Fernando Henrique Cardoso, muito digno Presidente da República; ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Pedro Sampaio Malan e aos Senhores Deputados Federais e Senadores do Congresso Nacional, manifes-

tando a preocupação dos Senhores Deputados Estaduais paranaenses, em relação a difícil situação que se encontram as micro e pequenas empresas, não só do nosso Estado, mas de todo o Brasil, cuja situação causa apreensão e almeja encontrar uma solução para a renegociação das dívidas. Para tanto, passa a expor o seguinte:

- O tratamento dado às micro e pequenas empresas, é incoerente com os princípios e programas que Vossa Excelência deseja implantar para a solução do desemprego desta Nação, hoje, maior preocupação do povo brasileiro. Este setor produtivo é o principal responsável pela geração de mão-de-obra, e como tal é nossa obrigação fortalecer e incentivar as micro e pequenas empresas.
- Recentemente, o Banco Central, alardeado e pressionado pela situação de insolvência de mais da metade de todas as micros e pequenas empresas desta Nação, provocado pelos altos juros e desmandos burocráticos, incompatíveis com este setor, editou duas circulares estabelecendo regras para renegociação de dívidas vencidas.

Uma destinada aos micros e pequenos empresários rurais e outra para as demais micro e pequenas empresas (Circular BACEN 2648/95). Diferenciava essas diretivas, nos prazos de pagamento, nos juros, no valor limite da operação de crédito e data limite para encaminhamento da solicitação da renegociação.

- A Circular 2648 impõe como valor máximo a importância de R\$ 80.000,00 aos títulos vencidos ou vincendos anteriores a 31 de outubro com prazo de renegociação de 12 a 24 meses. Esta Circular não é imperativa e sim um termo facultativo às instituições financeiras até 31 de janeiro de 1996.

Diante do exposto, do descaso pelo Banco Central, de forma desigual no tratamento da securitização da dívida e pela situação caótica que encontram-se os micro e pequenos empresários, solicitamos providências de Vossa Excelência no sentido de que se crie documento imperativo possibilitando a renegociação das dívidas vencidas ou a vencer das micro e pequenas empresas, estendendo esse benefício aos micro e pequenos empresários, quando os mesmos contraíram dívidas vinculadas às suas empresas.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(aa) IRONDI FUGLIERI
AUGUSTINHO ZUCCHI
EDNO GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 681-I

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, votos de profundo pesar, pelo falecimento do senhor Jorge Stadnik, do Município de Bom Sucesso do Sul - PR.

Requer ainda, que do teor do presente dê-se ciência à família Stadnik.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A comunidade de Bom Sucesso do Sul se encontra em estado de profundo pesar pelo prematura passamento do ilustre Vereador Jorge Stadnik.

Amigo pessoal deste Parlamentar, com quem tinha estreitos laços de amizade e companheirismo, era homem de boa índole, não mediu esforços para colaborar de maneira intensa no desenvolvimento de seu município, além de batalhar na busca da melhoria de qualidade de vida dos seus conterrâneos.

Deficiente físico, soube com perseverança e dignidade, vencer as adversidades que a vida lhe reservou. Ganhou o reconhecido conceito da população de Bom Sucesso do Sul, mercê do seu legítimo trabalho em prol da comunidade.

Por intermédio deste Deputado, a Assembléia Legislativa cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Stadnik, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 681-J

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa após a aprovação do Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Ministro de Estado do Planejamento, Presidente do Banco do Brasil e Superintendente Regional do Banco do Brasil no Paraná, solicitando a manutenção do CESEC no Município de Campo Mourão.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam cientificados os Senhores Vereadores Valdemar Ibba (Presidente da Câmara Municipal), Luiz Carlos Kehl, Júlio Vieira, Celso Romualdo Ferrari e Vereadora Bárbara Raymundo Couto Piacentini, todos à Câmara Municipal de Campo Mourão, à Rua Francisco Ferreira Albuquerque, 860, Caixa Postal 450, CEP 87301-130; e ainda, os Senhores João Dirceu C. Dutra e Rui Morel Carneiro, no Sindicato dos Bancários de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A presente solicitação expressa o pensamento de toda uma comunidade da região de Campo Mourão, sobretudo funcionários do Banco do Brasil e dos 89 (oitenta e nove) funcionários e 86 (oitenta e seis) es-

tagiários do CESEC, apreensivos com a veiculação de notícias sobre o fechamento dos CESEC's em vários municípios do nosso Estado.

Além do desemprego de quase uma centena de funcionários, os estagiários também estarão sendo sensivelmente prejudicados, além do que, com o fechamento do CESEC, importante setor conquistado pela comunidade mourãoense e regional estará sendo desativado.

A vista do exposto, rogamos as providências que permitam a manutenção do CESEC de Campo Mourão, e para tanto, rogamos o aval dos nobres Pares desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 681-K

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições (art. 129, e seguintes do Regimento Interno), REQUER após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente ao Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Senhor Amílcar Gazaniga, solicitando a construção do complexo operacional e a sede administrativa da regional da EBCT em Curitiba, haja vista que dispõe de terreno e atualmente funciona em edifícios alugados.

O endereço para correspondência é respectivamente: SEN, conj. 03, Bloco-A, CEP: 70002-900, Brasília - DF.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) WALMOR TRENTINI

JUSTIFICATIVA:

Em Curitiba, num edifício de 11 andares funciona a sede administrativa da EBCT, regional de Curitiba, fruto de contrato de locação.

O complexo operacional de 10.500 m2 funciona isoladamente em Curitiba, no distante Bairro Novo Mundo, também derivado de contrato de locação.

A EBCT já possui um terreno em Curitiba (Rua João Negrão) capaz de abrigar a sede e o complexo operacional, fazendo-se necessário a liberação de recursos para a construção destes, com área construída de 25.000 m2.

Torna-se inviável financeiramente, a continuidade com o contrato de locação, quando já existe terreno adquirido pela empresa mais próximo do centro da Capital paranaense, restando apenas o início das obras. Tudo isto gerando dificuldade de locomoção e transporte dos objetos e correspondências até o complexo operacional, bem como o desperdício de dinheiro público.

A pretensão é justa e merece maior atenção por parte da Presidência deste órgão.

REQUERIMENTO N° 681-L

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Silvío Magalhães de Barros II, Mui Digno Secretário do Esporte e Turismo, objetivando a instalação de um Centro Regional de Esporte e Lazer no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717) CEP: 87501-130; Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama; ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863) CEP: 87502-080 e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, Anexo IV Gabinete 948 - Brasília - DF, CEP: 70169-970).

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação em questão, pretende a implantação de um Centro Regional da Secretaria de Esporte e Turismo na Cidade de Umuarama, para a ampliação das ações vinculadas ao esporte, lazer e turismo.

Umuarama como cidade pólo, apresenta importância e potencial esportivo que perfeitamente justificam a instalação desse escritório, pois o mesmo permitirá a descentralização da Pasta, dinamizando ainda mais as ações do Governo no interior.

REQUERIMENTO N° 681-M

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Ailton Spiacci, Mui Digno Superintendente Regional do Banco do Brasil (Rua Santos Dumont, 2770 - CEP: 87013-050 - Maringá - PR), solicitando a permanência do CESEC - Centro de Processamento de Serviços do Banco do Brasil, no Município de Umuarama.

Do aprovado requer ainda, seja comunicado ao Senhor Antonio Romero Filho, Prefeito Municipal de Umuarama (Av. Rio Branco, 3717) CEP: 87501-130; Vereador Genésio Alves da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Umuarama; ao Vereador Wilson Oliveira Ferraz (Câmara Municipal - Av. Maringá, 4863) CEP: 87502-080 e ao Deputado Federal Alexandre Ceranto (Câmara Federal, Anexo IV Gabinete 948 - Brasília - DF, CEP: 70169-970).

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A nossa reivindicação objetiva o não fechamento do CESEC - Centro de Processamento de Serviços, por tratar-se de um serviço com ótimos resultados para Umuarama.

ma e região.

A extinção desse segmento em Umuarama, se somará aos problemas sociais do município, pois fatalmente ocorrerão transferências de funcionários para outras localidades, e conseqüentes demissões.

Em nome dos interesses dos funcionários do CESEC e das duzentas famílias que fazem parte desse processo, pedimos que essa superintendência interceda favoravelmente ao pleito.

REQUERIMENTO N° 681-N

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Guaratuba, no sentido de proceder a limpeza da Rua Apucarana, localizada atrás do Clube Candelas, tendo em vista a mesma encontrar-se completamente abandonada, há muito mato e esburacada.

O pedido está sendo feito pelos proprietários daquele balneário, os quais afirmam que o ideal seria passar máquina na rua, o que já amenizaria um pouco o problema.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 681-O

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, para que proceda a limpeza do mato existente na Rua Jorge Bom, localizada no Rio Verde - Colombo, tendo em vista que o mesmo está avançando a calçada, atrapalhando a passagem das pessoas.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 681-P

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de verificar o que vem ocorrendo no Parque Barigui nos finais de semana.

Ocorre que freqüentadores desse parque para lá se dirigem somente para beber e promover algazarras, atrapalhando o lazer das famílias. Infelizmente as famílias não estão mais podendo passar o dia naquele parque, motivo pelo qual solicitam o policiamento.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 681-R

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado do Paraná, Jaime Lerner, solicitando a regulamentação do artigo 35, § 1°, da Constituição Estadual ("a lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários") para o que dispõe da lei: 11247/95, originária de projeto de minha autoria.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

O cargo de Vogal é um cargo temporário, mas que a Constituição Estadual prevê a aposentadoria, conforme o artigo 35, parágrafo 1° - "a lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários". A Lei n° 11.247/96, autoriza o Governador do Estado a regulamentar o artigo 35, § 1°, da Constituição Estadual do Paraná. Por dispor o Executivo deste instrumento, é que estamos solicitando a devida regulamentação, tendo em vista o direito à aposentadoria para aqueles mencionados, entre os quais se incluem os Vogais da JUCEPAR.

Através da regulamentação, os Vogais da Junta Comercial do Paraná, desde que titulares, poderão se enquadrar em uma das faixas de aposentadorias, desde que tenham no mínimo 14 anos de contribuição ao Instituto de Previdência do Estado, IPE. Ou ter mais de 66 anos completos. No caso do Vogal ser funcionário público estadual, não se beneficiaria desse tipo de aposentadoria, sendo ele ativo ou inativo. O valor das aposentadorias pode ter como valor base de referência, o percentual da aposentadoria proporcional, segundo o Estatuto do Funcionário Público do Paraná. Os ganhos serão proporcionais à quantidade de mandatos, a partir de 1979, com um mínimo de dois mandatos. Essa é a nossa sugestão para estudo das autoridades competentes.

REQUERIMENTO N° 681-T

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Segismundo Morgenstern, Secretário Especial de Desenvolvimento Educacional - FUNDEPAR, solicitando a construção de uma nova escola na localidade Barreirinho dos Beltrão, no Município de Rebouças.

Trata-se de justa reivindicação do ilustre Vereador Bertoldo Irineu Gross, ao qual somamos nosso apoio, devido as péssimas condições em que se encontra a atual

escola, o telhado está caindo, não há banheiro e nem água encanada. O prédio não oferece nenhuma segurança aos alunos.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 681-U

Senhor Presidente.

O Estado vive o desafio, frente ao quadro de crise na agricultura e recessão, de buscar ampliar a arrecadação fiscal, viabilizando os recursos necessários ao desenvolvimento dos programas governamentais. Aí está, com muito sucesso, a campanha "CIDADÃO NOTA DEZ".

Aspecto importante neste esforço é o aprimoramento da máquina administrativa, fiscalizando, combatendo a sonegação, aumentando a receita. O quadro de funcionários da receita estadual vem diminuindo em face de inúmeros fiscais estarem aposentando-se - muitos em decorrência das possíveis mudanças na Previdência. Existem também a falta de fiscais nas principais cidades do Estado. Torna-se necessário, portanto, contratar mais funcionários.

Em 1993 foi realizado concurso para Agente Fiscal III, sendo que dos aprovados, 1.015 já foram convocados. Outros 750 aguardam serem chamados para assumirem suas funções. O preenchimento das necessidades de pessoal da receita pode ser feito com a convocação desses que já foram aprovados em concurso público.

Neste sentido, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jaime Lerner, solicitando ao mesmo providências no sentido de convocar novos funcionários para o quadro da receita estadual, dentre os 750 aprovados no concurso para Agente Fiscal III, realizado em 1993.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) EDUARDO TREVISAN

REQUERIMENTO N° 681-V

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, SOLICITA ao Chefe de Polícia Rodoviária do Estado do Paraná a relação de todos os acidentes ocorridos nos km 178 a 183 da BR-369, do ano de 1992 até a presente data.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 685

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Go-

vernador do Estado, para que instrua a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, no sentido de verificar o que vem ocorrendo na rede de energia da rua Profa. Carmem Lima de Almeida, em frente ao n° 51 - Jardim Vera Lúcia - Bacacheri, tendo em vista que a lâmpada do poste de vez em quando acende. O pedido está sendo feito pela moradora desse endereço, a Senhora Geni Pedroso. Seu telefone para contato é 262-2704.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 686

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Piraquara, no sentido de atender o pedido dos moradores da rua Parati, localizada no Jardim Santa Mônica, os quais solicitam que seja passada a máquina e colocado saibro na mesma, tendo em vista encontrar-se intransitável. Pedem também que o caminhão de lixo passe mais vezes nas suas residências, uma vez que o acúmulo de lixo é grande e eles não têm onde deixá-lo.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 687

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido do morador à Rua 4, casa 315, localizada no Jardim Izaura, o qual solicita que a Prefeitura termine de cobrir as manilhas que colocou na valleta em frente à sua casa. O serviço de colocação de manilhas foi executado e os funcionários ficaram de voltar para concluí-lo, porém até a presente data não voltaram, causando transtornos aos moradores.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 688-C

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja enviado por esta Assembléia expediente sugerindo ao DER - Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Estado dos Transportes e ao DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem do Ministério dos Transportes, que seja procedido com a maior brevidade possível um reestudo

no sistema de fiscalização no transporte de cargas perigosas, nas rodovias do Estado do Paraná, bem como, sugere a ministração de cursos especializados aos senhores motoristas autônomos e de empresas especializadas que fazem o transporte deste material.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

Em nossas andanças pelo interior do estado, temos percebido que o transporte de cargas perigosas não tem sido feito, conforme as recomendações da segurança mínima. Isto, coloca em risco milhares de vidas, pois as chamadas cargas perigosas vão desde gases tóxicos até explosivos, passando por transporte de pedras e toras de madeira e outros, sem o devido cuidado.

Estas são as justificativas para o envio do expediente propondo novas medidas para melhorar a fiscalização do transporte de cargas perigosas nas estradas do Paraná.

REQUERIMENTO N° 681-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa, o editorial publicado no jornal "Folha da Imprensa" do dia 25 de março de 1996, sob o título "Renê Dotti, Símbolo da Reserva Moral do Paraná", de autoria de Alcy Ramalho Filho.

Requer outrossim, seja dada ciência deste Requerimento ao Doutor Renê Ariel Dotti e ao jornalista Alcy Ramalho Filho.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

Comprovando mais uma vez seu caráter de jornalista íntegro e honrado, que defende acima de tudo a verdade, Alcy Ramalho Filho manifesta-se de forma brilhante em defesa de um dos pilares da moralidade do Paraná, injustamente atacado por uma campanha desmoralizadora, que atinge não só o renomado jurista Renê Dotti, mas também pretende enlamear o nome do Senador Roberto Requião, ex-Governador do nosso Estado e que sempre pautou seu Governo pela lisura e probidade. Mister se faz que essa defesa fique registrada nos Anais desta Casa de Leis, em desagravo a esses ilustres nomes do cenário paranaense.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 083/96
A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Cristão, entidade mantenedora do Colégio Instituto Cristão, com sede e foro no Município de Castro.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Instituto Cristão foi fundado em 1915 pelo missionário evangélico Harry Preston Midkiff, enviado ao Brasil pela Missão Presbiteriana "South Brazil Mission", associada ao "Board of Foreign Missions".

São mais de 80 anos dedicados a comunidade de Castro e que orgulha toda a população local pelo dinamismo nos seus empreendimentos e realizações na área educacional e religiosa.

PROJETO DE LEI N° 084/96

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Cascavel - ABECAP, com sede e foro no Município de Cascavel.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

A ABECAP - Associação Beneficente e Cultural dos Aposentados e Pensionistas de Cascavel é uma entidade que tem como principais finalidades promover a assistência cultural e beneficente aos aposentados e pensionistas, encaminhando suas reivindicações e promovendo a defesa de seus direitos, bem como desenvolver campanhas e lutas com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dessa classe que merece o respeito de todos.

Além disso, a ABECAP defende e coordena os interesses dos aposentados e pensionistas, em especial no que diz respeito aos benefícios a que a classe tem direito, e fiscaliza as atividades dos órgãos da previdência social, denunciando eventuais irregularidades praticadas.

São pessoas que já dedicaram a vida inteira para o desenvolvimento de nosso Estado, e que agora merecem nosso reconhecimento com a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 085/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado o dia 27 (vinte e sete) de outubro de todos os anos, a partir da data de aprovação deste projeto de lei, como sendo o Dia do Policial Rodoviário Paranaense.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

() LUIZ CARLOS ZUK

JUSTIFICATIVA:

As atividades de policiamento rodoviário em nossas rodovias até 1946 era executada pelo Departamento Estadual de Trânsito, até que, pelo Decreto Lei n° 547 de 18/12/46, foi criado o Departamento de Estradas de Rodagem, o qual ficou incumbido dessa tarefa através de sua Polícia de Estradas, nome alterado em 1951 para em conjunto com os guardas rodoviários. Com a criação de Estado dos Negócios da Segurança Pública, em 1962, estruturada pelo Decreto n° 8.999, com base nas Constituições Federal e Estadual, ficou estabelecido como competência da Secretaria de Estado e Segurança, o policiamento ostensivo, repressivo e judiciário em todo Estado. Apesar dessa competência, o policiamento rodoviário continuou a ser exercido pelos guardas rodoviários, surgindo assim, a cogitação da criação do Corpo de Policiamento Rodoviário da Polícia Militar do Estado do Paraná, sendo posteriormente reconhecido pelo Decreto n° 8.999, de 1962.

Em 1964, o Decreto n° 16.316, de 27 de outubro, estruturava o Corpo de Policiamento Rodoviário, como Unidade Orgânica da Polícia Militar, prevendo inclusive o seu efetivo.

Com a introdução do Corpo de Policiamento Rodoviário no texto da Emenda Constitucional n° 01 de 03/05/67, foi extinta a Polícia Rodoviária Civil, sendo em 1968, pelo Decreto n° 12.471, dada competência ao então Corpo de Policiamento Rodoviário nas rodovias sob a circunscrição do Departamento de Estradas de Rodagem, sendo aproveitados e incluídos na Corporação.

Pela Lei n° 6774, 08/01/1976, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Estado do Paraná, e outras providências, foi o então Corpo de Policiamento Rodoviário, transformando para o atual Batalhão de Polícia Rodoviária.

Em anexo segue relatório de atividades, bem como as operações normais, eventuais periódicas, especiais, extraordinárias, serviços de apoio ao DER, ao DSTC à CHE, as áreas de atuação, onde se locali-

zam as companhias.

Os policiais rodoviários do Paraná têm o mérito de que o dia 27 de outubro seja instituído o Dia do Policial Rodoviário Paranaense, pois vem desde 1946, apesar das mudanças de nome, mantendo a mesma qualidade de serviço, mostrando o pronto atendimento e auxílio em nossas estradas, procurando aperfeiçoar cada vez mais sua área de atuação, evitando e prevenindo acidentes.

PROJETO DE LEI N° 086/96
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica alterada a redação do art. 1°, da Lei n° 11.180, de 16 de novembro de 1995, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° - Fica criado o Município de Campina do Simão, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com os seguintes limites e confrontações:

Com o Município de Santa Maria do Oeste

Inicia na foz do Rio Congroró no Rio Piquiri, sobe por este até a foz do Rio Caçador.

Com o Município de Turvo

Inicia na foz do Rio Caçador no Rio Piquiri, sobe por este até encontrar a estrada municipal GA-125.

Com o Município de Guarapuava

Inicia no encontro do rio Piquiri com a estrada municipal GA-125, segue por esta na direção geral Sudoeste até encontrar a estrada municipal GA-134, segue por esta na direção geral Sudeste até encontrar o Rio do Veado, desce por este até a foz do Rio Baú, sobe por este até sua cabeceira, deste ponto segue por uma linha reta e seca na direção geral Sudoeste até encontrar a cabeceira do Rio da Divisa, deste ponto segue por linha reta e seca na direção geral Noroeste até encontrar o entroncamento da estrada municipal GA-471 e GA-132.

Com o Município de Cantagalo

Inicia no entroncamento das estradas municipais GA-471 e GA-132, deste ponto segue na direção geral Norte pela estrada municipal GA-132, até encontrar o Arroio Cachoeira, desce por este até sua foz no Rio Congroró, desce por este até sua foz do Rio Piquiri."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.03.96.

(a) CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Visa o presente projeto de lei tão somente atender sugestão do Instituto Ambiental do Paraná, conforme informação técnica em anexo, no sentido de corrigir o memorial descritivo da Lei nº 11.180, que criou o Município de Campina do Simão, desmembrando-o do Município de Guarapuava.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com a palavra o primeiro orador inscrito, Deputado Nelson Tureck.

O SR. NELSON TURECK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós temos visto o Governo do Paraná com os seus novos programas, programas de alcance social. E um dos programas que nós temos visto aí e precisamos hoje dizer aqui nesta tribuna, nós tínhamos visto aquele programa da Casa de Família, hoje nós vemos aí, em cidades que têm 192 casas crescendo o mato, é o exemplo da Cidade de Goioerê. Nós temos outros municípios que as casas até hoje não estão prontas, depois de 4, 5 anos.

E nós vemos o programa do Jaime Lerner, agora, esse que é um programa, Alborghetti - você já pensou, você um trabalhador, Valdir Rossoni, que tem esperança de ganhar uma casa daquele sistema mutirão, e demora 2 anos, 3 anos ou 4 anos, que é o caso de Goioerê, onde as casas não ficaram prontas. Não tem condições, eles têm que por uma pessoa para pagar, ele tem que contratar alguém ou ele mesmo trabalhar.

E nós vemos agora este programa que o Governador lançou no Paraná, Deputado Alborghetti - e estive participando quando o Governo através da COHAPAR, o Rafael Dely, entregando o cheque na mão daquele que vai ganhar a casa, porque o Governador tem confiança é naquele mutuário, naquele cidadão, naquele trabalhador, entregando cheque de 1400 reais e cheque de 870 reais para ele fazer a compra.

Ele vai comprar material de primeira qualidade, é ele que realmente vai ali trabalhar e contratar alguém para trabalhar.

E o mais importante é salientar e dizer aqui, Deputado Edno Guimarães, que estas casas, o máximo de tempo que eles vão trabalhar é de 6 meses em cada conjunto. Não interessa se são 100 casas, 200, 20 ou 30 casas, o importante que a primeira etapa começa a ficar pronta agora, dentro de 3 meses, e o restante das casas dentro de 6 meses.

São casas de primeira qualidade, e tem mais outra coisa, Deputado Alborghetti - a casa agora, Senhores Deputados, não é uma discriminação ao mutuário, cada um poderá fazer sua casa do modelo que quiser, se um quiser fazer sua casa com uma janela re-

donda, quadrada, ou retangular, é ele quem vai fazer a casa que ele escolher, a casa do seu sonho. E quando um trabalhador tem um sonho - e você vê um Governador que está aí, que trouxe o dinheiro e deu para o próprio mutuário fazer sua compra e no prazo máximo de 6 meses estar o sonho do trabalhador realizado, ele tendo a sua casa própria.

Por isto que eu tinha que fazer uso desta tribuna hoje, porque eu participei lá em Mamborê, participei lá em Quarto Centenário, lá em Peabiru da minha região, quando o Governador do Estado do Paraná, através da COHAPAR, entregando o cheque àqueles moradores que muito contentes saíram ter a credibilidade do Governador do Paraná, do "Paraná Novos Caminhos".

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Concedo a palavra, pela Ordem, ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - É que na verdade, eu tinha uma pergunta a fazer ao Deputado Nelson Tureck. Gostaria que Vossa Excelência me dissesse qual é a metragem quadrada, se a casa tem divisória? Se a casa tem forro? Se o telhado é de cerâmica ou não? E qual é o valor da prestação?

O SR. NELSON TURECK - Eu só queria responder ao Deputado Luiz Claudio Romanelli que depende do projeto: de 42, 44 ou de 48. E tem mais uma coisa, Deputado, se o trabalhador ali que ganha aquela casa, se ele quiser construir a de 50 metros ou sessenta metros, ele pode, só que essa diferença, aí é ele que vai entrar com o material. Se for o projeto de 44 metros, ele vai ter é lógico o dinheiro do Governo, dos 44 metros. Mas se ele quiser aumentar uma sala ou uma varanda e mais um banheiro, aí é problema do mutuário, mas o governo garante os 44 metros.

E o prazo, agora, é lógico, o mutuário, ele vai receber na primeira etapa, que ele recebeu o cheque agora de 25%. Aí ele terminou a obra, ela é fiscalizada e ele recebe mais 35%. Depois ele recebe mais os 30 e, no final mais os 10%. E a prestação, é lógico, ela continua nos 20% do salário mínimo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (Pela Ordem)

Gostaria de dizer ao Deputado Nelson Tureck, que pudesse na verdade trazer maiores subsídios, porque os dados que o Deputado coloca, infelizmente, não são verdadeiros, embora eu não tenha grandes divergências com o que está fazendo o Secretário Rafael Dely. O sistema de auto construção é um bom sistema também. Ele na verdade é um mutirão desorganizado. E, nós

na verdade, temos que notar dois detalhes aí. O primeiro: houve a queda acentuada da qualidade das moradias. Ou seja, uma diminuição da metragem quadrada e uma mudança substancial. Inclusive, esta casa, que o Deputado Nelson Tureck se refere, ela não tem divisórias internas, não tem forro e a prestação desta casa, hoje, está no mínimo quarenta reais, 40% do salário mínimo.

Gostaria na verdade que Vossa Excelência pudesse se municiar de dados e trazê-los aqui, para que nós possamos debater essa questão, que eu acho interessante o programa de autoconstrução. Vossa Excelência como um bom prefeito fez o programa "Casa da Família", conhece os dois sistemas. É um bom sistema. É bom. Porém, na verdade, quero crer que o governo poderia ser um pouquinho mais generoso na questão da metragem da quadra da unidade habitacional e também na prestação.

Gostaria que V.Exa. pudesse até se informar para que nós pudéssemos debater. E ainda para informar ao Sr. Presidente, e aos Srs. Deputados, que esta Casa, o governo está repassando, quatro mil e duzentos reais para o mutuário, enquanto, para as prefeituras, na "Casa da Família", dois mil, setecentos e cinquenta reais, e agora nas prestações futuras, nos cronogramas é que o Governo concorda em dar 35% de reajuste nas parcelas dos contratos que tem com as prefeituras da "Casa da Família".

Agradeço o Deputado Nelson Tureck, e gostaria que Vossa Excelência até pudesse se aprofundar para que possamos discutir esta questão.

O SR. NELSON TURECK - Só queria dizer ao Deputado Romanelli, que nós estamos por dentro. Participamos e somos conhecedores tanto do programa do mutirão, quando nós visitávamos a Secretaria da COHAPAR, quando o Romanelli era o Secretário e, hoje, nós vemos esse programa do Governador. É um programa melhorado, aonde o governo está acreditando e está investindo no ser humano, porque acredita nele. Então, como eu disse ao Deputado, depende do projeto, têm casas de 40, 42 e 44.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Passamos a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. JOSÉ MARIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Gostaria de colocar ao Deputado Nelson Tureck com relação ao processo habitacional. Esqueceu-se de dizer que os recursos vem do Governo Federal, é o recurso do Governo Federal assinado junto a Secretaria de Planejamento do Secretário Serra, que

permite - Deputado Romanelli - que hoje o governo possa desenvolver esse bom programa. Mas que são recursos federais e não tesouro como foi no período em que V.Exa. foi Secretário.

É essa a explicação que gostaria de colocar.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Concedo a palavra ao Luiz Carlos Alborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Quero anunciar a presença do ex-Deputado Ernani Pudell e do meu querido Deputado Ovídio Constantino, foram duas grandes expressões políticas nesse Parlamento e oxalá retornem a esta Casa.

Queria só dizer o seguinte: para o Deputado Romanelli, e para o Deputado Nelson Tureck. Estou cansado de ouvir cascata na minha cabeça todo o dia, a mesma ladainha, a mesma coisa, a mesma história, isso vai cansando, vai perturbando a cabeça da gente. Na época do Senador José Richa ele fez um grande trabalho de habitação, o Governador Requião fez, o Álvaro fez, eu quero que deixe o Jaime trabalhar e fazer a parte dele.

Acho que é certo existir a oposição, existir a situação, Deputado Nelson Tureck quando sobe no Parlamento naquela tribuna, ele sobe com aquela euforia, ele não fala...ele fala mais com o coração, é um apaixonado pelo Governo Jaime Lerner e quando o Deputado meu querido e particular amigo que eu tenho a satisfação, e digo mesmo de tê-lo como amigo Deputado Luiz Claudio Romanelli, quando sobe naquela tribuna, ele fala com amor com emoção do PMDB, do antigo MDB de Ulisses Guimarães, MDB de grandes tradições, que eu tive a satisfação de ter passado grande parte de minha vida sendo camelô desse MDB no Paraná, fazendo comércio para a Irondy, Waldir Pugliesi, para Belinati, para Richa, para tantos. Então eu concordo.

Mas veja bem, existe uma firma aqui na Capital, Sr. Presidente, com o dinheiro que foi roubado do Banco Nacional, que não foi ninguém ainda para a penitenciária e nem vai, com o dinheiro que foi roubado do Banco Econômico, com o dinheiro que foi roubado da CPI que foi arquivada a CPI das Empreiteiras, com o dinheiro que foi roubado do INSS, dessa quadrilha que saiu hoje na Folha de Londrina, na Gazeta do Povo no Estado do Paraná, anunciando que vai agora para a prisão uma grande quadrilha, só com esse dinheiro daria Deputado Romanelli para comprar...uma firma da capital vende um kit para fazer dois cômodos por 369 reais. É a Kirt Madeiras que V.Exa. sabe e eu fui ver o Kit existe, o Deputado Carlos Simões é testemunha, que já deu várias casas, eu já dei quase 12 Kits desse.

A pessoa vem no meu gabinete - eu pergunto: você tem o terreno? Tenho; aí eu mando a minha viatura no local ver o terreno. É do senhor? É está aqui Deputado Alborghetti o Documento do terreno, não é invasão, não tem pepino nenhum não. Então eu vou te dar um Kit para você fazer dois cômodos. Custa 369 reais; não é obrigação minha, não é obrigação minha tirar do meu salário para fazer isto, isso é obrigação do governo, do Governo Federal, do Governo Estadual.

Eu já dei dezenas de Kits, o Deputado Carlos Simões, eu sou testemunha que o Deputado Carlos Simões deu dezenas e dezenas de kits também. Uma casa de quatro cômodos, Deputado Romanelli, quatro peças 679 Reais, Vossa Excelência sabe do que eu estou falando. É só ir lá e ver. Se a pessoa tiver um terreninho ele vai na loja compra um kit, a caminhonete leva, chega lá descarrega os tijolos, as telhas, a calha, cimento, areia, descarrega tudo.

Então ele e a família fazem as pecinhas de madeira, não é alvenaria. A de 4 peças custa 639 reais, perdão eu errei, a firma leva também o kit completo, chega lá descarrega. Você paga 639 reais e a família com os filhos vão erguendo a casinha.

Então eu pergunto: com o dinheiro do Banco Nacional, Deputado Nelson Tureck, com o dinheiro roubado do Governo Federal, com o dinheiro escabroso que roubaram e, depois dizem que o político não presta, mas é lógico que existe político que não tem vergonha na cara; existe o político ladrão; existe o político de época de eleição; existe o político mau-caráter, mas existe o jornalista que não presta; existe o médico que não presta; existe o juiz que não presta; existe o advogado que não presta em todas as camadas existe quem não presta; existe o banqueiro que não presta, que é ladrão, veja o caso do Banco Nacional, o caso do Banco Econômico, que o homem usava onze mil reais para passar o final de semana, Deputados.

Onze mil Reais no bolso para passar final de semana, só para fazer o "rango" do final de semana. Com onze mil reais dá pra comprar dezenas de kits, dezenas de kits, de casas com dois cômodos para dar para o povo construir. É bricadeira. Esse país, Deputado Zuk tem que lavar a cara e tirar a máscara.

Estou cansado de hipocrisia, estou cansado de hipocrisia. Esse país ou você endireita no voto ou você endireita na bala. Essa que é a grande verdade. Você tem que endireitar no voto, eleger pessoas sérias que tenham vontade política de trabalhar; que queiram fazer alguma coisa; que queiram lutar.

Por isso que prestei a atenção do pronunciamento do Deputado Nelson Tureck, que

fala com o coração, vem aqui alegre, que vê lá a distribuição dos cheques, que, eu já sou contra isso, dá cheque eu sou contra. Não se dê dinheiro, se compra o kit e dá para a pessoa construir, mas concordo com Vossa Excelência, com a emoção, com a sua vontade de dizer, que a sua fala atravessasse esta parede de concreto e chegue a todo o Estado do Paraná. Gosto de lhe ouvir falar, quando o senhor fala do seu Governador, pelo menos o senhor não está cuspidando no prato que o senhor está comendo, pois se o senhor é Lerner o senhor tem que ser Lerner. Eu votei no Lerner e sou Lerner até morrer. E, se ele errar eu venho aqui e digo: Está errado, temos que consertar. Como admiro o Deputado Romanelli que vai à tribuna com a sua paixão, com a sua veemência, aquela vontade ditatorial que ele tem dentro de si para defender o seu plano. Vontade ditatorial o senhor tem, democrático também, mas também um ditadorzinho. E briga com o Deputado Rossoni. O Parlamento é bonito por causa disso. O Parlamento é muito lindo.

Mas, dá para mudar este país, Deputado Zuk. Dá para mudar, Deputado Tureck; dá para mudar, Deputado Romanelli; dá para mudar Senhores Parlamentares que estão aqui hoje. E só ter vontade política, não dar dinheiro, como diz o Deputado Miltinho, não dar dinheiro, não concordo em dar dinheiro. Eu concordo com o planejamento que Vossa Excelência fez no Governo Requião, Deputado Romanelli, dar casas, dinheiro não. Dar casa com condições de habitar, com condições humanas. E não inaugurar na véspera da eleição. Como Vossa Excelência não fez isso, durante os 4 anos. Não inaugurar em véspera de eleição. Aqui ninguém faz. Lerner está fazendo as casas, mas não está inaugurando em véspera de eleição.

No último ano não se faz mais nada. Aí é o teste da urna, tem que se fazer antes. Trabalhar antes.

Então acho válido o pronunciamento dos dois. Se Requião fez, Lerner também está fazendo.

E vamos deixar o Governador Lerner, pelo amor de Deus, vamos deixar ele trabalhar. Deixe ele trabalhar. O Requião cumpriu com a parte dele. Deputado Romanelli foi um grande Secretário da Habitação no Paraná.

Agora gostaria de pedir para você, Romanelli, deixe o homem trabalhar, também. Deixe o homem trabalhar, entregar o chequinho dele. Se der rolo, o negócio do chequinho, a gente vem aqui, e põe a "boca no trombone". Mas deixa trabalhar.

Vamos construir o Paraná, dos novos caminhos e quem tem condições de fazê-lo é

o Governador, o meu Governador, Jaime Lerner.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - A Mesa Executiva associa a participação feita pelo ilustre Luiz Carlos Alborghetti, e ainda, o ilustre Deputado representante de Cascavel, Edgar Bueno, anuncia em nosso meio, a presença de Marlise Cruz, ex-Presidente da Câmara de Cascavel, ex-Presidente da ACAMOP, e também o Presidente da Mesa Executiva, em nome deste Poder, dar as boas vindas aos dois ilustres Deputados, ex-Deputados Emani Pudell, Ovídio Constantino, aqui conosco.

Nesta Casa dividiram, a representação de nossa família paranaense, em nosso projeto e principalmente, nos interesses de toda a família do Paraná. É com satisfação que os dois, aqui no nosso convívio. Aqueles que não tiveram a satisfação de conhecê-los aqui eles se encontram. E pertencentes ao Partido dos Trabalhadores sempre honraram, nas posições mas foi realmente de interesse paranaense.

Pela Ordem, concedo a palavra ao Deputado Augustinho Zucchi.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI - Senhor Presidente com vossa permissão.

Gostaria em nosso nome, em nome da Deputada Irondi Pugliesi, apenas fazer um registro um convite, posteriormente, solicitar que Vossa Excelência, também, dê a permissão de participação nesta tarde, para os companheiros do SEBRAE que aqui se encontram.

No dia 27, na 4.^a feira, o Deputado Anibal Khury, Presidente do nosso Poder Legislativo, juntamente, com o SEBRAE e a Comissão de Agricultura Indústria e Comércio. Estará acontecendo no Plenário, desta Casa de Leis, um ato público, da micro e pequena empresa, solução de emprego no Brasil. Fruto de uma discussão, inúmeras reuniões que o SEBRAE, realizou pelo interior do Estado do Paraná. E da discussão destas reuniões, surgiu a proposta a nível nacional, da criação do Estatuto da Pequena e Micro Empresa, que será discutido no Congresso Nacional. Apresentada a proposta no Congresso Nacional, 4.^a feira, razão pela qual, nós teremos aqui um ato público, de apoio a pequena e micro empresa. E posteriormente a transmissão direta desta apresentação da proposta em Brasília, com os empresários do Paraná o SEBRAE e esta Casa de Leis.

Senhor Presidente é um momento importante a nível nacional. Já que as pequenas e micro empresas, mantêm uma geração de empregos extraordinários. Passam por muitas dificuldades e é preciso que tenhamos a oportunidade de apoiar, decisivamente,

neste momento e que de forma organizada as empresas que colocam uma proposta ao Congresso Nacional, que pode não só ajudar as pequenas e micro empresas do nosso País, mas também dar a oportunidade para que mantenhamos o nível de emprego que por dificuldades econômicas, vemos o País ser assolado a cada dia que passa, numa situação de muita dificuldade.

Gostaria então, Senhor Presidente, nessa questão de ordem, de registrar prazerosamente nesta Casa de Leis, a presença do Dr. Hélio Cadore, Diretor Superintendente do SEBRAE no Estado do Paraná, da Dra. Hilma Lopes, Chefe de Gabinete da Presidência do SEBRAE Nacional e também, do Dr. Barroso que teve os primeiros contatos conosco, para que tivéssemos aqui, este dia, na quarta-feira, o ato público em defesa das micro e pequenas empresas do nosso Paraná e do nosso País em conjunto com essa Casa de Leis e gostaria que Vossa Excelência, com o requerimento que já se encontra em vossas mãos, desse a oportunidade para que o Dr. Hélio Cadore, fizesse de própria voz, o convite aos Parlamentares para que na quarta-feira pudéssemos, a Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, o Presidente desta Casa de Leis, o SEBRAE e as entidades vinculadas às empresas do nosso Paraná, pudéssemos nós, marcar este dia com um ato público, de apoio a esse trabalho excepcional que o SEBRAE vem fazendo em nome das micro empresas do nosso País.

Gostaria que Vossa Excelência concedesse a palavra ao Dr. Hélio Cadore, para que fizesse o convite para esse ato público que vamos ter aqui às 9:30 horas da manhã, na quarta-feira, no Plenário desta Casa de Leis.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Com requerimento já deferido pela Mesa Executiva, da ilustre Deputada Irondi Pugliesi, concedo por cinco minutos, a palavra ao Dr. Hélio Cadore, Diretor Superintendente do SEBRAE do Paraná, que irá expor a nós, à Casa de Leis do Paraná, os propósitos e os reclamos das micro e pequenas empresas.

O DR. HÉLIO CADORE - Deputado Luiz Carlos Zuk, que ora preside essa sessão.

Em seu nome quero saudar a todos os Parlamentares que representam a sociedade paranaense nesta Casa de Leis. Saudar também o Deputado Augustinho Zucchi, Presidente da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, à Senhora Irondi Pugliesi, autora do requerimento da micro e pequena empresa, que está tramitando nesta Casa. Dizer que, além do convite que for-

mulamos em nome do Presidente do Conselho do SEBRAE, do Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, para que na quarta-feira, no Plenarinho desta Casa, possamos participar de um ato de protesto, mas também, do lançamento a nível nacional que está ocorrendo no Auditório Petrônio Portela, do Senado Federal, da discussão de projetos de lei, oriundos do Presidente do Congresso, Senador Sarney, que procurará definitivamente, facilitar a vida das pequenas empresas nos aspectos tributários, trabalhistas e previdenciários e administrativos, advogando aquilo que muito se espera que é o tratamento diferenciado da pequena empresa, como prevê a Constituição Federal nos seus artigos 170 e 179.

A par disso, também lembrar que está em curso a discussão a renegociação da dívida das pequenas empresas.

Na verdade, o Banco Central, em 20.12, na Circular nº 26/48, permitiu, facultou, ou melhor: facultou - e essa é uma palavra importante - aos Bancos privados e públicos que renegociassem a dívida das pequenas empresas, só que em 20.12, o Banco Central facultou que fossem renegociadas dívidas vencidas até 31 de outubro, unicamente para as pessoas jurídicas. As negociações efetivamente começaram em janeiro, ou seja, foram negociações absolutamente pífias ou inexistentes. O que se espera e esse é o clamor das pequenas empresas, que efetivamente se dê uma modificação nesse projeto. Porque hoje falamos tanto em pequena empresa, em desemprego e estamos até assistindo a discussão do custo/Brasil. E até entendemos que custo/Brasil passa por retirar encargos, mas passa pela carga tributária, estrutura de transporte e assim por diante.

Mas vemos que a saída definitivamente para o desemprego no Brasil, está em darmos condições para que as pequenas empresas consigam existir. Criarmos uma verdadeira Lei Áurea para as pequenas empresas. De seis a cada dez empregos são gerados pelas pequenas empresas. E tenho certeza absoluta que ninguém discorda que até o final de 96 as grandes empresas estarão demitindo mais do que contratando. As estatais e o próprio Governo estarão demitindo muito mais do que contratando. Ou seja, o fantasma do desemprego assalta a sociedade brasileira. Tanto é que uma pesquisa recente divulgada, aponta que para 41% dos brasileiros o grande problema não é o Plano Real, é o desemprego.

E vemos então que no encaminhamento dessa questão da rediscussão de condições efetivas para a renegociação das dívidas das pequenas empresas, abre-se uma porta para que efetivamente se crie condições mínimas na geração de empregos. Mas vejamos que não basta reivindicar negociação de

dívidas para as pessoas jurídicas, porque muitas empresas resolveram seu problema na pessoa jurídica, mas os proprietários dessas empresas estão, na verdade, renegociando em condições absolutamente impossíveis com taxas de juros elevadíssimas. É preciso que além da renegociação se crie condições de capital de giro para que essas empresas possam dar continuidade. E mais que isto, que se crie, efetivamente, o que nós chamamos de mecanismos de política monetária que viabilize empréstimos de longa duração, para que este segmento que pode salvar o Brasil - enquanto geração de empregos, possa viabilizar-se.

Então ao saudar este oportuno requerimento de encaminhamento dessa questão à esfera federal por esta Casa, agradecemos esta oportunidade e nós colocamos, o SEBRAE do Paraná, à discussão dos parlamentares, para que em qualquer assunto que possamos ajudá-los municiando-os de dados, possamos dar a nossa contribuição. Na crença de que a saída para o desemprego no Brasil é a viabilização das micro e das pequenas empresas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Tenha a certeza Vossa Excelência que a Mesa Executiva e todo o Plenário desta Casa, - nós 54 Senhores Parlamentares, haverão de, juntos, somar os esforços para tentar alcançar os objetivos que são comuns à família de todo nosso Estado do Paraná. Agradecemos a sua presença e nos colocamos sempre ao seu inteiro dispor.

Concedo a palavra ao Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Comparecemos a esta tribuna hoje para prestarmos uma homenagem em nome do povo de Ponta Grossa e em nome dos Campos Gerais e até do Estado do Paraná, uma homenagem a todos os Deputados Estaduais do Paraná, aos Senhores.

Final de semana conversando com aqueles que fazem o dia-a-dia de nosso trabalho social e político nos deram a sugestão, de que deveríamos hoje homenagear os Senhores Deputados, os demais 53 Deputados que fazem parte desta Casa, de todos os Partidos, começando pelo Senhor Presidente, pelos demais Deputados, trago hoje o agradecimento do povo de Ponta Grossa a todos vocês.

Primeiro, porque os Senhores Deputados, legítimos representantes do nosso povo do Paraná votaram por unanimidade e aprovaram o meu projeto que concede o título de Cidadão Honorário e Benemérito do Paraná à dupla Zezé Di Camargo e Luciano.

Os Senhores aprovaram e quando aprovaram não estavam fazendo demagogia, não estavam apenas votando um projeto particular de um Deputado, mas estavam a homenagear um patrimônio histórico que a humanidade nos deu que é Vila Velha. Vila Velha que os senhores conhecem. Vila Velha uma cidade de pedras que Deus nos deu que hoje representa em Ponta Grossa a maior indústria sem chaminé daquela cidade, o turismo, que alavanca obras sociais, que traz emprego para o nosso povo sofrido e esquecido de Ponta Grossa. E é este povo que me pediu hoje: Jocelito, vamos homenagear os Deputados, vamos homenageá-los. E é isto que venho aqui hoje homenagear a todos vocês, pela coragem de entender que quando se dá o título a alguém que divulgou um Estado inteiro, quando se divulgou o turismo que é uma bandeira que dá lucro em todo o mundo, Senhores Deputados, e que Ponta Grossa ganhou de presente da natureza e de Deus.

A Lei nº 56.038, aprovada por esta Casa, dá o direito ao Parlamentar de apresentar o título para quem ele entender que prestou contribuição científica, cultural, artística ou literária ao povo do Paraná, ou ainda mais, que trabalhou através da ação social em defesa dos interesses do Paraná. O meu projeto é cultural porque se divulgou a cultura de um povo através do seu turismo. É social porque quando uma dupla coloca no seu disco que é vendido mundialmente, até fora do país, quando coloca uma foto da nossa cidade de pedras, sem nos cobrar um centavo, isto é social. Social, Senhores Deputados, porque por trás da divulgação vem o turista e por trás do turista vem o emprego e por trás do emprego, Senhores Deputados, estará feita a obra social ao povo de Ponta Grossa e ao povo do Paraná.

Por isso, Senhores Deputados, companheiros desta Casa, nada mais justo que nesta tarde fazer esta homenagem, de coração, aos Senhores que entenderam e que certamente quando esta dupla aqui comparecer nesta Casa para receber o título, haverá de brindá-los a cada um de vocês com aquilo que eles fizeram por Ponta Grossa, pelos Campos Gerais e pelo Paraná.

Enquanto o governo gasta uma fortuna em propaganda, gastando, divulgando o turismo nesse Estado, às vezes não tem o valor que devia e quando ganhamos uma propaganda gratuita que qualquer cidadão, que qualquer empresário, que qualquer político, prefeito, receba e qualquer cidade ou Estado receba, será de bom grado quando alguém nos oferecer alguma, não pedindo alguma coisa em troca, não pedindo nada em troca.

Então, Senhor Presidente, quando fiz o projeto homenageando a dupla Zezé di Ca-

margo e Luciano, a intenção deste Deputado era essa, homenagear alguém que ajudou a divulgar o que há de mais bonito na minha cidade e no Estado do Paraná que é a nossa Vila Velha.

Por isso, Senhor Presidente, que ao encerrar as minhas palavras de agradecimentos aos Senhores que votaram, aos Senhores que tiveram a coragem, alguns me questionaram, mas quando disse o real motivo, aplaudiram, votaram e o projeto tornar-se-á lei dentro de pouco tempo e eles estarão aqui para receber um título do Paraná, de uma cidade que quer levantar o seu turismo, porque por trás do turismo vem aquilo que não temos em Ponta Grossa. Precisamos de emprego, o nosso povo está sofrido, o nosso povo está abandonado, passam 500 pessoas por dia na "Garagem da Esperança" em busca de trabalho e não tenho como dar. E por que não homenagear alguém que oferece um título ao Paraná, nosso Estado, nossa terra.

Concluindo, Senhor Presidente, quero agradecer também à imprensa corajosa, à imprensa séria deste Paraná, que não fez demagogia, mas que pelo menos tentou me ouvir para que eu dissesse o que penso e qual o motivo deste projeto que apresentei.

Finalizo, dizendo também que só haverá a democracia completa neste país, quando todos nós tivermos os nossos direitos de fato - sublinhe-se as palavras "de fato". De fato respeitado neste País principalmente nos meios de comunicação social.

Senhor Presidente, encerro lembrando, Ponta Grossa, não posso me esquecer, ainda não recebeu o seu cargo de primeiro escalão no Governo Jaime Lerner.

Muito obrigado, Senhor Presidente. Parabéns, Senhores Deputados que tiveram a coragem de apoiar uma cidade que precisa força para fazer do turismo do Paraná a sua maior produção e mais emprego para o povo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Carlos Zuk) - Encerrado o Pequeno Expediente. Iniciamos o Grande Expediente.

Com a palavra, Deputado Carlos Simões.

O SR. CARLOS SIMÕES - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Sobe nesta tribuna mais um cassado. Faço um sério e grave alerta a este Parlamento. O ato institucional nº 5, o famigerado AI-5 do regime militar que prendeu e cassou jornalistas e políticos brasileiros, foi reeditado pelos governantes do Paraná. Sim, Senhores Deputados, o AI-5 está de volta ao Paraná. Na sexta-feira, dia 22 de março, há poucos dias para a revolução de 64 completar 32 anos, fui cas-

sado de meu programa de televisão na CNT. Cassado, sim, Senhores Deputados. Cassado por ordem direta do Senhor Secretário da Comunicação Social do Governo do Estado do Paraná, sem prévio aviso. Recebi informação que o Programa Carlos Simões, um dos líderes de audiência da emissora não mais interessava à nova direção da CNT.

A nova direção da rede, sob inspiração do Palácio Iguazu, informou que as programações com conotações políticas não faziam parte do novo projeto da Rede.

Ora, Senhores Deputados, conotações políticas? Se é esse um critério democrático? Não, claro que não. Todos sabemos muito bem a verdade. A verdade é que este tucano do interior do Estado é o líder absoluto nas pesquisas realizadas entre os eleitores curitibanos.

A verdade é que os governantes não sabem o que fazer para evitar a vontade popular em eleger um comunicador para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

A verdade, Senhores Deputados, é que fui cassado pelo Secretário de Comunicação Social do Paraná. Com uma chantagem do dinheiro público, cassado, porque sou líder das pesquisas, cassado, porque não me dobro às vontades de político nenhum. Cassado, porque sou um comunicador que entende a voz dos humildes. Cassado porque sou Deputado de oposição.

Senhores Deputados, o AI-5 está valendo novamente no Paraná. A ditadura da comunicação social ressuscitou no sul do Brasil. É o fim da liberdade de comunicação em nosso Estado.

O Senhor Secretário de Comunicação deve ter se inspirado no Dr. Armando Falcão, Ministro da Justiça da Revolução Redentora, que tanto mal fez à imprensa e à cultura de nosso País. A ditadura da comunicação voltou, Senhores Deputados. Quem será o próximo? Qual é a próxima vítima?

É o "Cadeia", é o Chab, é o Luiz Carlos Martins, é o Algaci Túlio, é o Jocelito, qual é o próximo comunicador a ser cassado? Teatro, cinema, jornais, revistas, atores e atrizes? Alertai-vos todos! A censura está de cara nova.

O novo texto do AI-5 no Paraná assegura: "Nenhuma programação com conotação política poderá ir aos palcos, rádios, TVs, cinemas, praças, logradouros públicos e assim por diante".

Senhores Deputados, o Secretário da Comunicação Social do Paraná, cujo preceptor parece ser Josef Stalin, é do velho time dos "lambe-coturnos" e das vivandei-
ras de quartéis.

Mudou o cenário, mas os atores são os mesmos de 64, filhotes da ditadura, que prendem e arrebatam. Antes foi assim com a minha "Cabine da Esperança" na Praça Rui Barbosa. O Prefeito Municipal de Curitiba,

velho "dedo-duro" da ditadura, dileto "puxa saco" dos ditadores, mandou demolir a pequena e laboriosa "Cabine da Esperança". A cabine incomodava os antigos militantes da Revolução, acostumados a lavar as mãos com muita água e sabão, após apertar os ossos calejados dos trabalhadores da periferia.

A "Cabine da Esperança" incomodava as socialites de plantão, que preferem fazer suas madrugadas no Ille de France, e jamais pensar na Praça Rui Barbosa.

A "Cabine da Esperança" recebia o povo humilde e sofrido da grande Curitiba, sim. A "Cabine da Esperança" atendia o povo humilde de Curitiba, porque falta comando e competência na ação social da Prefeitura de Curitiba. Aliás, não existe ação social, existe um colonismo social. Na "Cabine da Esperança" existia a verdadeira ação social de Curitiba. Já que na Prefeitura existe somente badalação social. Faróis, arcos e triunfo, e o povo à mingua e na miséria. Quem conhece Curitiba, há de concordar comigo.

Senhores Deputados, a "Cabine da Esperança" e o Programa Carlos Simões eram os espaços mais democráticos de Curitiba dentre outros.

Mas, infelizmente, Senhores Deputados, democracia não é o forte desta gente que governa Curitiba e o Paraná. Filhotes da ditadura militar, são eles acostumados em fazer calar, em pisar, humilhar, prender e arrebatam. Assim diga o ex-Vereador meu amigo e está aqui no Plenário, Doático Santos, do PMDB, que recentemente foi preso pela sanha do Prefeito de Curitiba, como marginal, foi parar no Ahú. Numa montagem espetacular quase mataram o menino que tem problema de diabete, numa sanha impressionante.

Demoliram a Cabine da Esperança. Cassaram o programa Carlos Simões na TV, mas não podem calar a minha voz, só se me matarem.

O Povo do Paraná, deu-me quase 100 mil votos e isto nenhum filhote da ditadura de plantão pode me tirar.

Vamos debater, vamos discutir com clareza sem covardia do mau costume de se esconder atrás da árvore para dar o bote na presa. Vamos encarar de frente, vamos conversar com clareza.

Senhores Deputados, para finalizar faço um alerta a este Parlamento. Os novos ditadores do Paraná querem sufocar a nós todos, os novos ditadores do Paraná, aliás, aprenderam a governar aonde? Aonde aprenderam a governar? Onde receberam o presente de duas vezes ser Prefeito de Curitiba, nomeado pela ditadura militar? Gente de sorte, de luz! Que deveriam aproveitar essa luz, essa sorte para fazer um bom trabalho pelo Paraná, não estão fazen-

do.

Semana passada, Senhores Deputados os mesmos titerezinhas que me cassaram na TV, pediram à Polícia Civil do Paraná que produzisse cerca de 30 dossiês de políticos e jornalistas do Paraná. Graças a Deus! A nossa correta e competente Polícia Civil, que há muitos anos deixou de lamber as botas dos ditadores, não aceitou a odiosa missão dos simpatizantes da repressão.

Muitos Delegados, Carlos Simões, você e outras pessoas estariam na lista para fazer um dossiê, eles não aceitaram, repudiaram e só prometeram manter silêncio.

Digo a vocês com tranqüilidade absoluta, ajudei e não arrependo-me. Com alegria fiz grandes comícios para o nosso Governador, digo nosso, porque é do Paraná. Grandes comícios, comandamos eu e o meu irmão, o Iris Simões, a pedido do Ministro José Eduardo, fizemos o maior comício da campanha do Paraná, uns dos maiores do Brasil, no Sítio Cercado, uma alegria, 70 mil pessoas, dois jacuzinhos lá fazendo a festa, para o Jaime Lerner, para o Carvalhinho, para o Hélio Duque, para os Deputados todos, para o Presidente da República, não me arrependo, só sinto isso, essa sacanagem, essa covardia, dizendo que somos poderosos que somos líderes do povo do Paraná.

Mas, se é poderoso, por que se incomoda tanto com o Carlos Simões? Por que têm medo de mim? Por que têm medo de enfrentar um debate, a realidade. O que digo no rádio e na televisão digo aqui, e digo na cara deles, porque fui bem criado, filho de caboclo, de sertanejo, de gente de vergonha na cara, que não fala duas palavras é um jeito só.

Talvez Deputados, por isso que sofremos, porque somos assim, pessoas de caráter, de vergonha na cara, o combinado conosco não custa caro. Povo do interior é assim mesmo e aliás, Curitiba hoje é uma cidade do interior, nos últimos três anos formou-se em Curitiba uma Florianópolis, de tanta gente que veio para cá, só nos últimos três anos, em média cem mil pessoas por ano. Na vendagem da fantasia, a propaganda mentirosa, enganosa, a mentira, e eu combato isso, diretamente, porque estou na vila, estou no bairro.

Falei agora com o Rosinha, que é médico, que é um andarilho, no bom sentido, nas vilas de Curitiba, ele sabe disso. Aí está a saúde pública, o saneamento, a segurança. Gente, não existe! Não existe! Está aí. Hoje, apareço com 50% das pesquisas em Curitiba. Por quê? Porque o povo não suporta mais a enganação, a mentira.

A democracia está aqui. Vamos debater os assuntos com clareza. Chega de covardia! De gente que usa o dinheiro público. E eu sei, porque estou na televisão, já es-

tá há três meses esta pressão; com o dinheiro do povo, só vai dinheiro se o Carlos Simões sair da televisão. Só vai dinheiro se tirarem o Carlos Simões. Que democracia é esta? Que primeiro mundo é este? Prefeito de Curitiba, Governador do Paraná que primeiro mundo é este? Tem Governador educado que não mente, que não suporta o dinheiro do povo. E não usa o dinheiro público para o seu fortalecimento pessoal.

A propaganda do "Eu me amo, eu me adoro. Eu sou o maior de todos" Parem com isto! Passou-se o tempo, e eu me coloco aqui junto, que acreditávamos o que ouvíamos. Hoje, acreditamos no que vemos. Anuncia-se com fantasia isto, isto e aquilo. E eu pergunto ao povo lá de Imbituva, de Pato Branco, de Rolândia, mudou ou não? Não mudou. Não é ação eficaz.

Primeiro, que não conhecem o nosso Paraná. Em Jandaia do Sul, mudou a vida do povo lá? É claro que mudou e para pior. Porque falta ação política. Mas esta crítica, gente, a oposição norte-americana do maior país do mundo, do mais rico, do mais poderoso, - que aliás o mundo gira em torno dos Estados Unidos, - parou o país, parou o mundo e nem por isso os Deputados e os Senadores foram considerados nefastos ao país deles.

É salutar, a unanimidade é burra. A unanimidade deixa governantes como os nossos mal-acostumados. A unanimidade é perigosa. Essa é que é a verdade.

O Sr. Luiz Claudio Romanelli - Deputado

Carlos Simões, Vossa Excelência faz na tribuna desta Casa um desabafo seguramente que está preso na garganta de milhares de paranaenses. Porque nunca vi na minha vida, Governo tão autoritário quanto este do Jaime Lerner. É o Governo do "sim senhor". Quem tiver a vontade de ir num jornal, numa rádio, numa televisão, falar bem do Governo ele é editado. Se falar mal, ele está cortado. O que eles querem na verdade, não é fazer uma campanha eleitoral, neste ano de 96, aqui em Curitiba. Eles querem nomear o Sr. Cássio Taniguchi, que está usando verbas públicas, está atropelando o processo sucessório, que é carregado nas costas pelo Governador Jaime Lerner, para poder na verdade justificar a sua candidatura e a sua eleição.

Vejo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, Deputado Carlos Simões, esse ato que é praticado, foi praticado pelo Secretário de Comunicação Lechinski, é na verdade um ato que se equipara sim àqueles que foram praticados pelos censores nos anos negros da ditadura que se abateu sobre este país.

Ontem ainda, eu via nos noticiários de televisão da noite, atos que foram de

repúdio, realizados na Argentina, que comemoraram no viés, é claro, os vinte anos do golpe militar que sufocou aquele país.

E nós na verdade estamos vivendo no Brasil, aqui em Curitiba, no Paraná, coisa parecida com isso. É o Governo na truculência. E bem disse Vossa Excelência, porque na última quinta-feira "dossiês" sobre Deputados da Oposição e jornalistas que fazem oposição ao Governo, foram encomendados ao Chefe da Polícia Civil. E me desminta o Chefe da Polícia, o Delegado Geral Teleb Barbosa, porque ele recebeu esta encomenda para que fosse elaborado dossiê inclusive sobre mim.

E quero já, desde logo, colocar-me a inteira disposição da Polícia Civil, se ela quiser elaborar algum dossiê sobre mim para lhe dar mínimas orientações sobre a minha vida pública e particular.

Quero, Deputado Carlos Simões, dizer a Vossa Excelência que o PMDB fica constrangido em ver um ato igual a este, um ato que na verdade não corresponde com a essência da democracia paranaense desse Estado que todos nós nos orgulhamos. Não é com atitudes iguais a estas que o Senhor Jaime Lerner vai ganhar a eleição em Curitiba. Muito pelo contrário, a sua saída inexplicável do ar vai seguramente gerar um fato como gerou a sua saída da "Cabine da Esperança", da Cabine da Praça Rui Barbosa, porque Vossa Excelência hoje tem nas pesquisas de opinião, despontado a preferência.

Mas, mais do que isso, seu discurso, que é um discurso marcadamente de denúncia contra uma administração que tem sido irresponsável e perdulária, porque não é possível ficar reinaugurando viaduto que já foi construído e outro dia, para não deixar passar, vi um Governador do Estado reinaugurando o Salto Morato lá em Guaraqueçá, daqui uns dias vão inaugurar também Sete Quedas.

Por isso, Deputado Carlos Simões, Vossa Excelência sabe que conta com a nossa solidariedade. Vá firme na sua luta e em Curitiba vamos criar uma grande Frente de Oposição e vamos derrotar esse autoritarismo, porque esta campanha eleitoral, quem tiver "rabo de palha não poderá passar perto de uma fogueira", porque vai incendiar muita gente boa por aí. E a campanha eleitoral é o espaço do contraditório, é o espaço da verdade.

Por isso, Vossa Excelência tem a nossa solidariedade. Continue com a sua voz, - o seu programa de rádio sabe lá Deus até quando permanecerá no ar, - mas Vossa Excelência tem que continuar firme, sem dobrar a espinha aos interesses poderosos, porque a luta por quem está a favor do povo é difícil, mas vale a pena.

Muito obrigado!

O SR. CARLOS SIMÕES - Quero aproveitar e homenagear aqui o Ministro José Eduardo que com muita coragem suportou desde o começo, e ele falou sempre para mim: "Carlos Simões, a pressão do Palácio é impressionante". E Deputados daqui que foram incumbidos de chegar até o Ministro e levar a mensagem para tirar o Carlos Simões da televisão, não vou citar, mas foi daqui de dentro, companheiros nosso. E o Ministro José Eduardo com muita clareza: "O Carlos Simões é meu amigo, nunca me fez mal, sempre cumpriu o que combinamos e não tenho motivo para tirá-lo". Até que ele estava comandando muito bem, depois a corda arrebentou.

O Sr. Renato Adur - Deputado Carlos Simões, queremos, em nome dos nossos peemedebistas do Paraná nos solidarizarmos com Vossa Excelência.

Quero dizer aqui muito claramente, não posso acreditar e não posso conceber que o Governador Jaime Lerner tenha tido a mínima participação nesse caso, porque se isso ocorreu é o caos.

Lembro-me que tinha 16 anos quando surgiram os primeiros indícios da famosa Revolução de 64. E sabemos perfeitamente o que é você receber o constrangimento, a minha família, nós, numa situação dessas. Não quero acreditar, está aqui o Líder do Governo Deputado Algaci Túlio, que possa ter partido do Governador Jaime Lerner uma orientação dessa natureza.

Creio Deputado Carlos Simões que deva e prefiro acreditar que foi uma atitude impenhada da Secretaria de Comunicação Social. Porque se isso ocorreu de cassação de nomes, temos o estigma da cassação até na pessoa do nosso Presidente dessa Casa que viu seus direitos um dia cassados, sem a mínima explicação e carrega até hoje no seu coração essa dor. Quando se fala disso há um constrangimento geral. O nosso PMDB pode ter errado em muita coisa ao longo desses 12 anos, mas jamais cerceamos o direito democrático da palavra.

Acho que esse é o maior crime que se pode cometer. Disse bem o Deputado Romaneli, ninguém coloca ninguém goela abaixo para a população. Lutamos 30 anos por uma democracia, lutaremos mais 60 se for preciso para mantê-la e para vê-la respeitada. Por isso, em nome dos meus companheiros do interior do PMDB eu me solidarizo com Vossa Excelência e espero que essa voz chegue até o Governador e que lhes sejam restituídos os direitos que lhes são de direito democrático e legítimo.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito obrigado.

Deputado Antonio Belinati.

O Sr. Antonio Belinati - Deputado Carlos Simões, gostaria com a permissão de Vossa Excelência, primeiro reviver um episódio que ocorreu comigo em Curitiba.

Tinha um programa de rádio junto com Vossa Excelência na rádio Globo de Curitiba, atendia reivindicações populares, gente do bairro, escrevendo, dizendo que estava faltando a ponte, a ponte estava caindo, faltava asfalto, escola posto de saúde. E o programa começou a crescer tanto de audiência e Vossa Excelência se lembra desse episódio que começou a fazer mal para a então administração do PMDB que mandava na Prefeitura de Curitiba. E o meu programa foi sumariamente tirado do ar pela administração do PMDB. Tinha um contrato inclusive com a rádio, executei judicialmente a rádio teve que me ressarcir por não cumprir o contrato de compra do horário.

Então fui vítima, eu Antonio Belinati, tive um programa de rádio tirado do ar pela administração do PMDB da Prefeitura de Curitiba. Quero até fazer uma ressalva, que agora temos aqui um novo PMDB, um PMDB com uma nova visão e que a gente respeita muito, mas o PMDB daquele momento era um PMDB ditatorial. Então eu sei Deputado Carlos Simões o quanto pesa, o quanto machuca, o quanto dói, eu sei que Vossa Excelência tem pelo rádio, pela TV, uma paixão extraordinária, como eu tenho, como o Deputado Alborghetti, como Ricardo Chab e outros comunicadores. Tenho dito que gosto mais até de me comunicar através do rádio, através do comentário que tenho diário em dois canais de televisão em Londrina. Me realizo muito mais atendendo do que o próprio mandato meu de Deputado.

Então quero nesta hora, dizer, que sei da dor que Vossa Excelência sente, é um abalo emocional terrível, e sobretudo para nós que admiramos a sua competência, o seu jeito de se comunicar acho que foi uma grande perda para nós, sobretudo telespectadores que vamos ficar privados do direito, da oportunidade, do privilégio de poder ligar a TV de segunda a sexta e ver o Carlos Simões.

O Sr. Jocelito Canto - Gostaria Deputado

Carlos Simões de em primeiro lugar chamar a atenção de Vossa Excelência para o que vou dizer: Primeiro esta Casa não tem que ficar nesse momento se solidarizando com a sua pessoa. Acho que temos que ser mais profundos. Chega de solidariedade que termina daqui há pouco, e amanhã entra tudo no esquecimento. Temos que partir para a realidade e que esse Parlamento use o seu poder, que é direito que é constitu-

cional de fiscalizar Vossa Excelência levanta, nesta tarde, nesta Casa, um indício de corrupção do Governo Jaime Lerner. Vossa Excelência fala em chantagem do dinheiro público. E, o que que estamos fazendo aqui? Estamos fiscalizando a aplicação do dinheiro público. Indício primeiro: Sr. Marcos Formigheiri diz todos os dias nos jornais, e o corajoso Jornal Folha da Imprensa, de Curitiba, diz ainda nesta semana: "jornalista quer Lerner denunciado". Ele se propôs vir a esta Casa para dizer o que sabe. E, vejo nos jornais que, ele diz que tudo aquilo que ele fala, ele tem documentos, como responsável radialista que, quando falar tem que provar, porque senão ele está fuzilado.

Então, baseado nisto, Senhores Deputados, baseado na chantagem do dinheiro público, que Vossa Excelência acaba de falar aqui; baseado no ato cometido com sua pessoa, que o senhor acusa o Secretário de Comunicação Social deste Paraná que, até mandou uma nota oficial nesta Casa dizendo que: gastou apenas um milhão e setecentos reais em publicidade no ano passado, quando sabemos que o próprio jornal do Senhor Marcos Formighieri, tem declaração dele, assinada, que ele gastou mais de vinte. Então, Senhores Deputados, chega da blábláblá, preciso de 17 assinaturas nesta Casa, para requerermos a CPI da Comunicação e começarmos a investigar. Vamos cumprir a nossa parte; vamos saber o que que está sendo feito com o dinheiro público. Se estiver correto, voltamos a esta Casa e dizemos aos Senhores e ao Paraná que tudo está correto e que, Vossa Excelência não está correto. A partir deste momento, em que Vossa Excelência mais uma vez pisado, arrebitado nesta Grande Curitiba, quando explodiram a sua cabine da esperança, quando providencia o dossiê dos Deputados da Oposição, isso é coisa lá de trás, de gente que não tem competência, que tem que usar coisas que não existe contra as pessoas, quando lhe tiram um programa de televisão, que é o direito do povo falar e, hoje em Ponta Grossa todo mundo me perguntava: - Tiraram o Carlos Simões do ar? E disse: Amanhã o Carlos Simões vai falar e dizer o porquê. O Senhor está com 50% da pesquisa. É isso. É esse o principal motivo. Mas, esta Casa, quero cobrar os Senhores Deputados aqui, está na hora de fazermos a CPI andar. Preciso de 17 assinaturas, tem a minha e mais dezessete. Vamos dar uma fiscalizada. Se não tiver nada, parabéns ao governador, está tudo bem. Mas, se tiver; temos indícios; temos o Senhor Marcos Formighieri; temos documentos e tenho também e pretendo apresentar na hora certa; e coisas boas. Então neste momento, Senhor Presidente, eu requeiro a esta Casa a

instalação de uma CPI da comunicação. Se, eu tiver 17 companheiros que queiram investigar o que disse o companheiro Carlos Simões. Nada de blábláblá. Vamos procurar o que cabe a este Parlamento, principal, objetivo do Deputado ser eleito, seu cargo diz: fiscalizar. E, é isso que me proponho aqui.

O Sr. Toti Colaço - Deputado Carlos Simões queria primeiramente cumprimentar Vossa Excelência pelo que vem fazendo dentro da capital do Estado do Paraná.

Mogo que veio do interior, sua família, se projetou através do rádio, através da política e, tem sido nestes últimos tempos a verdadeira voz dos oprimidos, dos descamisados, dos excluídos, dos sem-dente, dos cegos, dos coxos, enfim da pobreza que ronda a capital e que, nos seus programas está no coração da Grande Curitiba. Cego mesmo, está escrito, é aquele que não quer enxergar, que não quer ver a pobreza ao nosso redor. Está aí a própria Campanha da Fraternidade, que, este ano mais uma vez chamando a atenção da classe política do nosso país, mostrando, até da responsabilidade que a nossa igreja tem, do envolvimento de mais pessoas de bem para que, os menos favorecidos possam realmente, serem melhor atendidos pelo Poder Público.

Há tempos atrás, Vossa Excelência foi arrancado, expulso da Praça Rui Barbosa, nós acompanhamos, fomos solidários, daqui desta tribuna, aqui deste Parlamento. O que foi feito! V. Exa., esta lá do lado, continua atendendo o seu povo, continua atendendo não somente, o povo de Curitiba, mas continua atendendo o povo que vêm lá do interior do Paraná. Conforme, muito bem Vossa Excelência, coloca no seu programa. Atendendo os jacuzinhos, que vêm de lá. E que precisa de alguém aqui que lhe estenda a mão.

E agora para surpresa de todos nós. Para a surpresa da Classe Política, para surpresa do nosso Parlamento, de 53 Deputados, Vossa Excelência é literalmente tirado do ar, de uma das tevês, aqui da capital. Isto realmente chocou a todos nós. Chocou a classe política. E além de chocar, nós Parlamentares, Vossa Excelência traz o seu relatório, o seu pronunciamento. Traz a meu ver, a exemplo dos demais Parlamentares que me antecederam, uma grave denúncia aqui. Seria muito importante, Senhor Presidente. Que o nosso grande Presidente, tendo em vista o que vem ocorrendo com o nosso companheiro Carlos Simões, neste último episódio, com relação a CNP, com relação da sua exclusão do Programa de Televisão, com a sua denúncia, envolvendo o Secretário do Estado. Deputado Algaci Túlio, tenho grande respeito por Vossa Excelência e o respeito até, pelo Governador

pessoalmente, mas que a meu ver, neste instante, nosso Estado do Paraná, a Assembléia Legislativa, não pode ficar calada, quando um homem de imprensa, colega seu. Um homem que está militando no rádio e televisão a exemplo de muitos companheiros, que aqui se encontram e que têm assento nesta Casa. Que diariamente, faz o seu instrumento maior a esperança do povo, no microfone do rádio, ou através de um Canal de Televisão. Se desta forma, literalmente, excluído de um programa de Televisão. Até poderia ser, quem manda são os proprietários.

Mas a denúncia que me traz aqui, foi a pedido, a mando de um Secretário de Estado, Secretário da Comunicação Social, deste Parlamento.

Acredito não poder ficar alheio, como aconteceu com sua retirada, lá da Praça Rui Barbosa. Desta feita, Deputado Carlos Simões, recebo da Bancada do PMDB, mesmo contrariando o Deputado Jocelito Canto, a nossa solidariedade em nome dos demais companheiros nossos, que aqui estão. Em nome do E. Santos, que está aqui sentado aqui do lado, que foi duramente castigado, recentemente, aqui dentro da capital do Estado, mas que é um companheiro nosso mas que "Graças a Deus", esta inteiro aí, procurando voltar as suas atividades normais.

Vossa Excelência recebe de nossa parte a nossa solidariedade e o nosso apoio, se precisar da gente, nosso Partido esta do seu lado, nesta parada.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito obrigado.

Faço uma citação bíblica do Salmo 33, que diz assim: "Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor".

E faço uma colocação, minha: "Infeliz a Nação, cujos governantes são os Senhores, que oprimem, que usam e abusam da vontade santa e pura desse povo".

Passo para o meu líder, Deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri - Deputado Carlos Simões, quando ouvimos as suas palavras, recordando um pouco, revivendo a política do Estado do Paraná e do Brasil, também questionava se o senhor deve, realmente, repudiar este ato, ou até agradecer as pessoas que vêm cometendo esses atos ultimamente. Primeiramente o Presidente do PDT diz que o senhor não pode ser Prefeito de Curitiba, porque o senhor é "jacu", lá do interior. Com isso, o senhor subiu mais 5 a 6 pontos na pesquisa. Depois ele tira o programa, lá da Praça Rui Barbosa, o senhor sobe mais 5 a 6 pontos na pesquisa. Acho que, com essa atitude, sem dúvida nenhuma, o senhor está consolidando sua eleição para a Prefeitura de Curitiba.

Logicamente que todos nós que pregamos a democracia, e ainda ontem, assistimos um programa de televisão, quando era entrevistado o ex-Governador José Richa e de todas as obras. Quando assisti esse programa junto à minha família, percebemos que todas as obras, da Eletrificação Rural, pavimentação asfáltica, todas as obras do Governador José Richa, os dois entrevistadores falavam que ele foi o Governador que redemocratizou a política do Estado do Paraná.

Então, isso marcou profundamente o ex-Governador José Richa. Ele saiu como Governador e saiu respeitado. Não por medo, não por intimidação, porque é uma pessoa que é amada pela população, pelo funcionalismo público, por todos os paranaenses. Essa é a marca de uma democracia e tenho certeza absoluta que o povo paranaense não vai aceitar atitudes dessa forma.

O senhor sabe que sou solidário à sua pessoa e tenho certeza que esse é o pensamento da grande maioria ou da unanimidade da nossa bancada.

O SR. CARLOS SIMÕES - E, por coincidência, bem na véspera, na quinta-feira, tivemos uma grande reunião com os zonais do PSDB de Curitiba, com as dez zonais, com os delegados da convenção municipal e com a direção estadual do partido. Tivemos um jantar, uma grande festa de confraternização, até para acabar com o bochicho em alguns setores, imprensa, aqui e lá, e alguns componentes do PSDB se arrogando como donos do partido, falando pelo partido. O partido tem organização, tem diretório. O partido tem zonais, tem direção estadual e ficou firmado entre os zonais de Curitiba, na quinta-feira à noite, que o PSDB da capital teria candidatura própria e que hoje, o Carlos Simões, o meu nome, como candidato do PSDB, como sugestão deles e não a meu pedido, e no dia seguinte, vem essa notícia.

Deputado Pessuti.

O Sr. Orlando Pessuti - Prezado Deputado Carlos Simões, existe um ditado popular que é muito apropriado para esse momento: "ninguém chuta cachorro morto". Vossa Excelência com certeza tem incomodado setores da vida pública paranaense, porque no exercício do seu mandato como Deputado, no exercício das suas atividades como comunicador, tem conseguido levar as suas idéias, os seus propósitos, à população como um todo.

O crescimento eleitoral que Vossa Excelência tem mantido nas sucessivas eleições que disputa, comprova com muita clareza que a população aprova o seu trabalho e através do voto reconhece esse seu esforço e essa sua capacidade de entender o

drama da população e procurar, na efetiva atuação parlamentar e na efetiva atuação como homem de comunicação, minorar pelo menos, o sofrimento da população.

É momento sim, de nos solidarizarmos com Vossa Excelência e tenho certeza que nesta Casa poucos são aqueles que poderão falar em cima daquilo que passaram, por uma cassação, seja ela de mandato, como teve o Parlamentar, nosso Presidente hoje, Anibal Khury, ou cassação outra que porventura tiverá na sua vida, como já frisou o Deputado Belinati.

Relembro aqui, hoje, e disse isso no primeiro pronunciamento que fiz aqui na Assembléia, retrucando um aparte do saudoso Deputado Luiz Gabriel Sampaio, que podia falar em cassação, porque fui eu também um cassado por motivos políticos na minha atividade pessoal de trabalho, na minha atividade política.

Lembro que no mês de março de 1970, eu tinha apenas 17 anos de idade e meu pai, que era o Líder do MDB em Jardim Alegre, não admitiu em hipótese alguma, transferir-se para a legenda da ARENA, e a única forma que eles acharam, foi demitir o Orlando Pessuti da função de protocolista da Prefeitura Municipal de Jardim Alegre.

Saindo da prefeitura, fui trabalhar no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jardim Alegre. Veio a eleição para um mandato tampão de dois anos, já que o nosso prefeito do MDB havia sido cassado, e meu pai, como principal Líder do MDB, se candidatou a Prefeito de Jardim Alegre. No mês de setembro, fui demitido do Sindicato, porque o presidente do Sindicato era da ARENA, e meu pai, candidato do MDB.

Passou o tempo e veio 82, e o Pessuti, funcionário da EMATER, funcionário público estadual, anunciou, através de um folheto, que pretendia ser candidato a deputado estadual. Foi chamado pela direção da empresa, dizendo: - tem você apenas três alternativas: ou aceita uma transferência para bem distante de Ivaiporã, ou pede uma licença sem vencimentos, ou então teremos que demiti-lo da função de médico veterinário da ACARPA, porque você está fazendo política para o PMDB.

Então quero neste momento, solidarizar-me com Vossa Excelência, porque sei realmente do constrangimento pessoal que passei. Porque em nenhum daqueles momentos o Pessuti procurava denegrir a imagem de ninguém. Quero dizer a Vossa Excelência que esses petardos que são direcionados contra sua pessoa, certamente serão desviados na sua trajetória e Vossa Excelência continuará caminhando e atingindo os objetivos para os quais vem lutando.

Obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES - Para os Senhores te-

rem uma idéia da minha vida particular como está: pela quarta vez os telefones da minha residência foram grampeados. Não tive outra alternativa a não ser falar com a TELEPAR e desligar os telefones. Hoje uso um bip. É impressionante! Não se pode hoje falar no rádio, na televisão e nem ao telefone.

Com aparte o Deputado Ângelo Vanhoni.

O Sr. Ângelo Vanhoni - Deputado Carlos Simões, tenho em minha memória, vi a eleição do Roberto Requião contra o Jaime Lerner para prefeito desta cidade; vi a eleição do Rafael Greca contra Maurício Fruet; vi a disputa acirrada que houve dentro do PMDB entre Amadeu Geara e Roberto Requião na Convenção. Tenho acompanhado um pouco da história recente da política na nossa cidade e confesso que não podia deixar de me solidarizar com Vossa Excelência. Mesmo que eu discorde do que Vossa Excelência pensa, já tivemos mil divergências, o Senhor foi Vereador na Câmara Municipal de Curitiba. Lá, naquela ocasião, tivemos muitos enfrentamentos, mas a perseguição política do qual Vossa Excelência tem sido vítima em Curitiba, é algo que deve deixar estarecido qualquer democrata. Porque Vossa Excelência já foi banido de um canal de televisão - instrumento do seu trabalho antes de o senhor ser político, o senhor era um radialista, já foi banido de um canal de televisão por motivos políticos. Foi para outro canal de televisão e não pôde assumir seu trabalho por motivos políticos. Foi banido da Praça Rui Barbosa por ocasião da conotação política. Acho que o Prefeito Rafael Greca tem todo o direito de discordar das suas idéias, lo que o senhor representa, do que o senhor poderia fazer à frente da Prefeitura de Curitiba. Mas o Prefeito Rafael Greca e o Governador Jaime Lerner não podem abrir mão de um instrumento democrático, de combater suas idéias. O instrumento democrático de combater as suas idéias, está na garantia do espaço, para todos poderem se posicionar perante a população e mais do que isso: o grande debate é o debate das urnas. É o debate da eleição. Não há outra razão para que Vossa Excelência esteja saindo hoje do Canal da CNT, sendo cassado no seu programa de televisão. Só tem uma razão que explica isso: os 50%, 49%, que seu nome representa nas pesquisas de opinião de intenção de votos para a Prefeitura de Curitiba.

O meu partido, com certeza, será adversário nas próximas eleições do seu partido. Mas não é por isso que vou achar correto os métodos de pressão que o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal vêm fazendo para desestabilizar a sua candidatura a Prefeito Municipal da nossa cidade.

O Deputado Algaci Túlio, acho que pela profissão que exerce e por saber da importância que existe da imprensa na democracia, acho que o Deputado que se tivesse sido os mesmos índices que Vossa Excelência apresenta na pesquisa hoje, talvez estivesse sofrendo a mesma desestabilização por parte do "establishment" do Palácio Iguaçu e do Palácio 19 de Dezembro.

Tenho certeza que a mesma caracterização que fazem ao Senhor por ser radialista, por ser de uma origem simples, de não ter uma linguagem intelectualizada, de não ter relações estabelecidas com a sociedade mais culta da nossa cidade, também o fazem esta discriminação ao Deputado Algaci Túlio, assim como já fizeram esta discriminação ao Deputado hoje Luiz Carlos Martins, que também foi vítima de uma perseguição política quando era Vereador e quando tinha um programa de rádio na nossa cidade.

Acho que os Deputados democratas, independentemente de concordarem com o que Vossa Excelência representa e com o que Vossa Excelência pensa, têm que estar solidários contra esta cassação branca que querem fazer da sua disputa na eleição aqui de Curitiba deste ano.

O Senhor receba a solidariedade contra este gesto que deve ser repudiado por todos nós, pelo Partido dos Trabalhadores.

Falo aqui em nome de todos os Deputados do Partido nesta Casa.

O Sr. Caíto Quintana - Permite um aparte Deputado?

(Assentimento)

Deputado Carlos Simões, não deixo tampouco de registrar aqui a minha preocupação pela postura denunciada nesta Casa de tentar calar a voz de alguém que trabalha no rádio ou na televisão, ou que exerça função de jornalista. Tenho certeza absoluta que há um departamento de imprensa nesta Casa e muitos profissionais trabalham ligados inclusive a setores da imprensa que subordinam este tipo de ação. Duvido que esses profissionais concordem com este tipo de atividade, porque a essência maior, Deputado Carlos Simões, da democracia é exatamente a livre expressão das correntes de pensamento e, só faço este aparte para me declarar solidário a Vossa Excelência e essa solidariedade a Vossa Excelência é uma solidariedade que se estende a todos os homens de comunicação que pelas mais variadas razões, em determinado momento não conseguem expressar nos seus veículos o seu pensamento.

Para registrar uma frase importante que os áulicos do Poder tão letrados certamente conhecem e deveriam utilizá-la, que é a expressão de Voltaire, se não me falha a memória, Presidente, que diz:

"Posso não concordar com nenhuma palavra do que dizeis, mas morrerei lutando pelo direito que tens de dizê-las".

Acho que isto deveria nortear o pensamento de todos eles.

Obrigado.

O Sr. José Maria Ferreira - Permite um aparte, Deputado?
(Assentimento)

Deputado Carlos Simões, nesta tarde Vossa Excelência traz uma triste notícia a este Plenário. Nós, já há muito não lembrávamos mais de cassação, há muito já não lembrávamos mais da perseguição e ela hoje, nas suas palavras, fere o Poder Legislativo. Não fere simplesmente o Carlos Simões. Fere a representatividade, fere esta condição que hoje o Senhor tem de representar quase cem mil eleitores no Estado do Paraná. E aqui me somo ao Líder da Bancada e aos demais companheiros, solidarizando e até conclamando à Casa, porque não foi simplesmente o Carlos Simões que foi atingido, foi o Poder Legislativo e o ensinamento maior, sem liberdade não há vida, pois a vida é sobretudo, estar sobretudo na riqueza da contradição das idéias e se Vossa Excelência que tem idéias contrárias, se Vossa Excelência que tem o posicionamento frontal com a administração do Estado e com a administração municipal, não conseguir expor e levar até os seus eleitores e parcela da população aquilo que pensa, estamos matando a liberdade. Ainda pior quando coloca um aparelho policial do Estado para corroborar com esta pena à liberdade.

E por isso, Senhor Presidente, esta Casa em função das declarações que traz aqui o Deputado Carlos Simões, faz-se urgente tomar um posicionamento para que isso não mais ocorra no Paraná impunemente, só ficarmos na solidariedade - como disse bem o Jocelito - não será suficiente.

Precisamos ir a fundo e tenho certeza que, sendo um homem de rádio como é o Algaci Túlio, não sei se na função de Líder do Governo, hoje dispõe da liberdade de ação para se solidarizar e defender um posicionamento, não só como homem de imprensa que sabe o valor dela mas sobretudo a liberdade. Essa é a questão que hoje estamos vendo aqui sendo apunhalada e esse punhal não pode ficar imune, não pode ficar sem receber a reprimenda e a posição firme nesta Casa.

Parabéns pela forma com que coloca, parabéns pela clareza com que traz e tenho certeza, este é mais um degrau para o Palácio Municipal.

O SR. CARLOS SIMÕES - Muito obrigado.

Para encerrar, com a permissão do Senhor Presidente, aparte de um minuto para

o Deputado Péricles Mello.

O Sr. Péricles Mello - Deputado Carlos Simões, o Deputado Ângelo Vanhoni já expressou a posição do nosso Partido, o Partido dos Trabalhadores, sobre este ato espúrio praticado contra o Senhor. Entendemos que se trata de um ato político num momento em que o Deputado Carlos Simões lidera todas as pesquisas em Curitiba e por isso estamos apresentando uma moção de repúdio à direção da CNT e demonstrando solidariedade por esse ato contra um Deputado desta Casa.

Obrigado.

O SR. CARLOS SIMÕES - Para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, uso as palavras, faço minhas as palavras de Galiano: "Nós somos o que fazemos e sobretudo aquilo que fazemos para mudar o que somos". Nossa identidade reside na ação e na luta por isso a revelação do que somos implica denúncia daquilo que nos impede de ser o que podemos ser. Nos definiremos a partir do desafio e por oposição ao obstáculo. Nada vai nos calar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, Deputado Nelson Justus.

O SR. NELSON JUSTUS (Pela Ordem) - Quero aproveitar esta oportunidade, Senhor Presidente, como Presidente e Líder do meu partido, o PTB, que também ficamos constrangidos com toda essa movimentação que ocorre com o Deputado Carlos Simões, é evidente, mas gostamos aqui na Casa, das coisas às claras e me sinto de certa forma um pouco constrangido com o Deputado Carlos Simões, na oportunidade em que ele deixa no ar de que alguns Parlamentares aqui desta Casa solicitaram ao ex-proprietário, ao ex-diretor da empresa de televisão, da CNT, o Ministro José Eduardo, pedindo a sua remoção. Não é salutar esta prática até porque gostamos de dar nomes aos bois.

Acho que ficaria muito melhor para esta Casa, que o Deputado Carlos Simões que é um homem que segundo ele joga limpo, deveria evidentemente dizer que os Deputados fulano, beltrano e sicrano pediram a sua cabeça na CNT.

Era isso Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Carlos Simões, o Deputado Nelson Justus está lhe fazendo uma pergunta no sentido de que Vossa Excelência informe quais os Deputados desta Casa que tentaram junto ao Ministro José Eduardo fazer com que o seu programa não mais existisse na televisão.

Deputado Nelson Justus, também pediria ao Deputado Carlos Simões que dissesse os nomes, para que não pairasse nenhuma dúvida aqui. Não falei nada.

Com a palavra, PDT.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Acompanhamos com muita atenção o pronunciamento feito pelo Deputado Carlos Simões, a quem temos respeito pela sua atuação como Parlamentar e como homem da imprensa. Mas também tenho uma preocupação muito grande, quando Vossa Excelência diz que a sua saída do ar da CNT teria sido obra do Secretário da Comunicação Social Jaime Lechinski.

Leio para os Senhores Parlamentares uma nota do dia 23 de março, "Jornal -do Estado".

"Diretor de Jornalismo da CNT tira Simões do ar."

A Rede de Televisão CNT decidiu tirar do ar o Programa do Deputado Estadual Carlos Simões, o Diretor de Jornalismo da Empresa Ricardo (Kuotcho) alegou na segunda-feira estréia nova programação jornalística da emissora, e o Programa Simões não se adapta ao perfil planejado pela CNT, diz o jornalista: "Não queremos mais candidatos e isso vale para todos". Desde que foi contratado pela CNT, o jornalista vem defendendo a adoção do jornalismo apartidário. Simões é pré-candidato do PSDB à Prefeitura de Curitiba, lidera as pesquisas eleitorais e utiliza seu programa para atacar a atual administração do Prefeito Rafael Greca e do Governo do Estado. A pedido do jornalista, a direção da empresa decidiu tirá-lo do ar. Não é nada pessoal nem o conheço, diz o jornalista.

Então fica bem claro aqui, que a saída do Programa do Deputado Carlos Simões da CNT, não tem nada, absolutamente nada a ver com a Secretaria da Comunicação Social do Governo do Estado. Seria uma infantilidade, uma irresponsabilidade do Secretário Jaime Lechinski tomar uma posição dessas.

Não vi em momento algum, o Deputado Carlos Simões mostrar alguma coisa que comprovasse ter sido obra do Secretário Jaime Lechinski.

Portanto, fica aqui esse esclarecimento.

O Governo do Estado pode até não aceitar em determinados momentos, críticas feitas até certo ponto muito mais com interesse político, do que propriamente por interesse de esclarecer os fatos.

Prefeito Rafael Greca de Macedo da mesma forma. Pode até não aceitar as críticas do Deputado Carlos Simões, quando elas não são verdadeiras, mas deve aceitar e tenho certeza que aceita quando elas tem o cunho verdadeiro.

A saída do Deputado Carlos Simões da Praça Rui Barbosa é uma questão de planejamento da cidade.

Lembro-me quando então vice-Prefeito de Curitiba e Prefeito em exercício, juntamente com o Governador Jaime Lerner, por várias vezes com técnicos do IPPUC, lá estivemos para ver uma remodelação da Praça Rui Barbosa.

E evidentemente que no nosso governo não era ainda a prioridade. Tínhamos outros assuntos, outras matérias, muito mais importantes para tratar em nome da cidade. E ficou relegada a segundo plano a Praça Rui Barbosa. Mesmo porque, isso só seria feito depois que o Ligeirinho realmente entrasse na Praça Rui Barbosa e houvesse então a necessidade de se fazer uma remodelação.

Entendeu agora o Prefeito Rafael Greca de Macedo de fazer a remodelação da Praça Rui Barbosa. E não seria pelo fato de que o Deputado Carlos Simões tinha lá a sua cabina, o seu estúdio de rádio, que iria deixar de fazer um projeto de interesse da Cidade de Curitiba com uma grande obra que lá será feita, como será a "Rua da Cidadania", em função de que lá estava o auditório, a cabina do Deputado Carlos Simões.

Por várias vezes até, eu e outros companheiros que somos do Partido do Governo, da época do Prefeito Jaime Lerner dissemos: olha, está na hora de nós também reivindicarmos uma "cabina". Quero uma na Tiradentes. Quem sabe o Luiz Carlos Martins desejasse uma na Praça Carlos Gomes, e assim por diante, mas não tocamos nesse assunto, foi apenas levado em tom até de brincadeira.

Mas nada, absolutamente nada foi feito com sentido de somente tirar o Deputado daquele local. Foi porque o Prefeito Rafael Greca de Macedo está realmente remodelando a Praça Rui Barbosa.

Coincidência ou não, o fato aconteceu neste ano eleitoral. Aí quem deve esclarecer realmente é o Prefeito Rafael Greca de Macedo.

Quando diz o Deputado Carlos Simões, que isto tudo foi obra dos filhotes da ditadura.

Ora! Quem ajuda a eleger um filhote da ditadura não pode, não tem moral para chegar aqui hoje e tachá-lo de filhote da ditadura.

Repito, com todo o respeito ao Deputado Carlos Simões, não posso aceitar como companheiro e parceiro do Jaime Lerner, aceitar este rótulo de "filhote da ditadura".

O Jaime Lerner, só foi colocado na Prefeitura, nomeado por duas ocasiões pela sua competência demonstrada, e comprovou esta competência, Deputado Carlos Simões quando em 89 nós em 12 dias derrotamos a

todos nesta Cidade de Curitiba, na famosa "campanha dos 12 dias".

E o Jaime Lerner, só não é competente, porque Vossa Excelência assim não entende, senão não teria sido eleito Governador do Estado do Paraná, no primeiro turno. Então, é preciso retirar este rótulo de "filhote da ditadura", que aliás, se for para fazer aqui um testemunho, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de cassação, acho que sou o campeão de cassação. E nem por isso tachei, ou poderia ter tachado, aproveitar dentro do esquema político os governos passados.

Perdi três empregos em canais de televisão, fiquei 10 anos sem ter o meu nome citado num jornal de Curitiba.

Foi uma tentativa de cassação, quando Vereador em Curitiba, na madrugada do dia 28 de agosto de 1983 na Câmara Municipal de Curitiba, enfim uma série de outros fatos, mas, nem por isso, levei isso para o lado político.

Tive problemas com pessoas da minha família e coincidente ou não, em governos passados, no Governo do PMDB, não puderam ter nenhuma ascensão de carreira dentro do Banco do Estado e não foram colocados lá, porque eram meus sobrinhos ou era meu irmão. Muito pelo contrário, passaram corretamente por concurso público, e não tiveram sequer uma ascensão.

Hoje, companheiros do próprio PMDB, reconheceram a capacidade de uma destas pessoas, que hoje é um dos diretores do Banco do Estado do Paraná.

Tive um irmão que teve que se aposentar prematuramente, porque descobriram que era irmão do Deputado Algaci Túlio, então, não poderia mais ficar na gerência de uma das agências do Banco do Estado do Paraná. Nem por isso, levei o fato como se fosse um fato político.

Por isso, é preciso esclarecer bem os fatos, gostaria e me rendo, se o Deputado Carlos Simões, trouxe aqui a esta Casa um documento que diga, que prove que o Secretário da Comunicação Social, do Governo Jaime Lerner, pediu a sua saída do ar da CNT. Rendo-me e até assino uma CPI nesta Casa neste sentido, Deputado Jocelito Canto.

Não podemos ir apenas pelas palavras, pelo que se diz, claro que lamento isso que está acontecendo com o companheiro Carlos Simões, aliás, é mais uma demonstração de que nem sempre, os radialistas são bem vistos, são reconhecidos pelo seu trabalho à sociedade.

Agora, que não queira se rotular isso em nome do Governador Jaime Lerner, em nome do Prefeito Rafael Greca de Macedo. Vamos pedir os esclarecimentos, a esta Casa cabe, Presidente, diante dos fatos aqui colocados e não mostrados em documentos,

como questionou agora Vossa Excelência de Deputados que teriam trabalhado, no sentido de pedir que o Deputado Carlos Simões, fosse retirado do ar da televisão.

Cabe neste momento que a Presidência da Casa, faça um ofício a CNT, pedindo explicações. Qual a razão? Quem pediu? Ou se é de interesse de dentro da própria televisão, a mudança da programação da televisão, e a saída do programa do Deputado Carlos Simões, do ar?

Porque, não posso aceitar como Líder do Governo, como companheiro do Prefeito Rafael Greca, muito embora não muito satisfeito também meu caro Deputado Carlos Simões, com a maneira como somos tratados, nós radialistas até pelo nosso Prefeito.

Mas, tenho o dever aqui de defender esta cidade, que foi instrumento importante para a modernização de 22 vezes ter assumido a Prefeitura de Curitiba. Sou prova, sou testemunha, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que esta cidade cresceu, esta cidade se modernizou, esta cidade é um exemplo. Não é uma ilha, tem todos os defeitos como qualquer outra cidade tem, mas a parte que cabia ao Prefeito da cidade, na época do Jaime Lerner e na continuidade o Prefeito Rafael Greca de Macedo, nunca se viu tantas obras, tantos benefícios na área social em todos os setores da Capital do Estado do Paraná.

Por isso, Presidente, cabe-me neste momento com todo o respeito ao Deputado Carlos Simões, com a minha solidariedade nas perseguições que tem sofrido Vossa Excelência.

Quisera eu como candidato a Prefeito ter sido tachado também de jacu. Tenho certeza que aumentaria dez ou quinze pontos também na minha pesquisa. Mas quero deixar bem claro, companheiro Carlos Simões, tenho certeza absoluta, que o Governador Jaime Lerner não tem nada a ver com esta situação. Que o Prefeito Rafael Greca de Macedo não tem nada a ver com esta situação e aqui está a prova Senhor Presidente, para concluir está aqui no Jornal do Estado do dia 23: "Diretor de jornalismo da CNT tira Simões do barco e tem aqui as suas razões".

Faço um apelo a Presidência para que peça a CNT um documento que diga qual a razão, até mesmo para tranquilizar a todos nós Parlamentares desta Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência não vai solicitar a CNT informações sobre o motivo pelos quais se tirou do programa o Deputado Carlos Simões. Mas em contrapartida, segundo denúncia do Deputado Carlos Simões, o seu telefone está sob censura. Isso é inadmissível.

O SR. CARLOS SIMÕES (Pela Ordem) - Senhor Presidente é o seguinte: pela quarta vez fizemos o rastreamento com técnicos. Os meus telefones, da minha residência estão grampeados. Solicitei à TELEPAR o desligamento dos telefones. Estou há mais de um mês sem telefone. Recebo recados no BIP. Desço a um telefone público e assim me comunico.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A denúncia de Vossa Excelência é grave. A Presidência vai manter entendimento com a direção da TELEPAR e com as autoridades judiciais, para que este fato, esta denúncia de Vossa Excelência seja esclarecida. Fique Vossa Excelência tranqüila, que a Mesa, a Presidência não admite que qualquer telefone dos Senhores Deputados seja censurado.

Segue-se a sessão. Pela ordem o Deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados, muitas vezes, tenho vindo aqui a esta tribuna para falar de um assunto que talvez para muitos dos Senhores Parlamentares não diga respeito. Mas para nós diz muito, uma vez que este fato se verifica lá no Sudoeste e no Oeste do Paraná. Reporto-me, Senhor Presidente a questão da Usina de Salto Caxias mais uma vez.

Há dias atrás, o Governador Jaime Lerner assinou o decreto desapropriando seis mil alqueires de terra para fazer o assentamento dos agricultores que serão atingidos pelo lago da Usina de Salto Caxias. Mas para que isso acontecesse foi na verdade uma história muito longa. Desde 1993, que nós, os agricultores, as lideranças do Sudoeste e do Oeste do Paraná, especificamente dos municípios de Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Vista da Aparecida, Três Barras do Paraná, São Jorge do Oeste e Quedas do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu, que terão parte dos seus territórios alagados pela represa. Estamos trabalhando em cima deste problema, das pessoas que serão atingidas pela represa. Duas mil famílias, Senhor Presidente, 142 km² de propriedades inundadas. 4300 alqueires de terra embaixo d'água e duas mil famílias diretamente embaixo d'água.

Fizemos um trabalho, a COPEL, os agricultores, representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Paraná, representantes do IAPI; representantes do Ministério Público, representantes dos agricultores e nós aqui dessa Assembléia. Eu e o ilustre Deputado Irineu Colombo, participamos de toda a negociação. Foi elaborado critérios, foi estabelecido nor-

mas para que a COPEL fizesse a aquisição das propriedades para fazer o assentamento dos agricultores. Reuniões e mais reuniões, incansáveis debates foram travados às margens do Rio Iguaçu, afim de se estabelecer critérios que fossem justos, que atendessem os interesses sobretudo Sr. Presidente daqueles pais de famílias, de famílias que perderão as suas propriedades que terão que ir embora lá daqueles municípios.

Passaram-se anos e anos, 93, 94, 95 e 96. Dois anos após o compromisso assinado e escrito da COPEL de entregar as áreas aos agricultores o Governador Jaime Lerner assinou o Decreto desapropriando seis mil alqueires de terras para fazer o assentamento dos agricultores. Mas aí Sr. Presidente, e é exatamente por isso que eu venho a esta tribuna, em nome sobretudo dos municípios que terão as áreas de terras atingidas, em nome dos agricultores venho aqui para agradecer a Vossa Excelência.

Foi exatamente a sua interveniência, foi Sr. Presidente a sua postura, a defesa que Vossa Excelência fez conhecedor daquele grave problema que atinge os Municípios do Sudoeste e Oeste do Paraná, junto ao Governador Jaime Lerner, junto ao Chefe da Casa Civil para que o Governador após a meditação de 3, 4 meses subscrisse o Decreto desapropriatório. Sabemos que muitos interesses se escondem por trás disso tudo, sabemos Sr. Presidente que muitas coisas, muitas indagações se escondem por trás de todo esse processo. Algumas dúvidas, algumas suspeitas, algumas indicações, mas nós que acompanhamos esse processo lá, do início ao fim, somos avalistas dele, porque ele é transparente, porque ele representa os interesses dos agricultores e são eles exatamente que vão residir das áreas que a COPEL adquiriu para fazer os assentamentos. E nesta comissão Sr. Presidente, e o senhor sabe, por isso que o senhor emprestou o seu apoio moral, por isso que Vossa Excelência agiu de forma muito forte para que o Governador assinasse o Decreto, porque nesta comissão havia representantes dos Prefeitos dos 8 municípios que serão atingidos pelo reservatório. Porque nesta Comissão havia deputados, nós e o Deputado Irineu Colombo. Porque nesta Comissão havia agricultores líderes dos agricultores que hoje estavam aqui, e que hoje entregaram a Vossa Excelência o manifesto de agradecimento pelo apoio que Vossa Excelência deu a este na resolução desse problema. Nesta Comissão que tenho aqui nas minhas mãos, tinha representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Paraná; representantes da COPEL, representantes do IAPI, representantes da Secretaria do Meio

Ambiente, representante do Ministério Público. Por isso mesmo que ela é transparente, por isso mesmo que ela merece o nosso respaldo, merece aqui o nosso apoio e merece a nossa confiança.

E o Governador Jaime Lerner, muito embora com atraso, muito embora com 3, 4 meses de atraso assinou o Decreto desapropriatório, e nós, muito embora Deputados de Oposição aqui nesta Casa, pertencendo ao PMDB, queremos reconhecer este Ato do Governador que trouxe novamente, Senhor Presidente, um momento de alegria, uma luz no fim do túnel, aos agricultores que serão atingidos pela Usina de Salto Caxias. Esta Usina importante ao Paraná, uma Usina que vai gerar um milhão de KWTS de energia elétrica, uma Usina que será construída abaixo do custo das Usinas desse País e que teve início ainda no Governo Álvaro Dias, quando licitou o Projeto de Engenharia daquela represa, Senhor Presidente.

Encerro aqui, agradecendo todos os Senhores Deputados que participaram deste processo, agradecendo o apoio que tivemos quando convocamos a COPEL para vir prestar esclarecimentos aqui nesta Assembléia, agradecendo especialmente o Deputado Anibal Khury pela maneira corajosa, pela maneira leal como se portou diante deste problema.

Ainda na semana passada no dia 15 de março, quando os agricultores faziam um manifesto lá no Canteiro de Obras da Usina de Salto Caxias, havia a expectativa de que um Deputado deste Parlamento fosse retido pelos agricultores afim de que o Governo tomasse uma decisão e prontamente o Deputado Anibal Khury agiu de forma muito firme, convencendo o Governador de que era necessário assinar aquele Decreto para que o problema fosse contornado e os agricultores tivessem os seus anseios atendidos.

Então, fica aqui, em nome dos agricultores, em nome dos Prefeitos, em nome das Lideranças do Sudoeste, do Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 52 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cezar Silvestri, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expedien-

te. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para pedir a V.Exa., à Bancada do PT: nós estamos carecendo de uma indicação daquela Comissão Especial para tratar do assunto no Município do Pinhão. Nós estamos carecendo da indicação da Bancada do PT.

Gostaria que V.Exa. pudesse nos auxiliar neste setor.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PT pode indicar a hora que quiser.

Comissão Especial para opinar sobre a indicação do Dr. Olímpio de Sá Sotto Maior Neto, para o cargo de Procurador-Geral de Justiça.

A Mesa designou os Senhores Deputados Nelson Justus, Valdir Rossoni, César Seleme, Caíto Quintana e Ângelo Vanhoni.

A Comissão, conforme o Regimento Interno, poderá ouvir o indicado em Sessão reservada e terá o prazo de 3 dias para opinar. Artigo 216 do Regimento Interno do Poder Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/95, de autoria do Poder Executivo. - Mensagem nº 63/95 que dispõe sobre o funcionamento do Sistema Estadual de Assistência Social, institui a Conferência Estadual de Assistência Social e o Fundo Estadual de Assistência Social e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. EMENDAS DE PLENÁRIO sem PARECERES. **Apreciar neste turno a Emenda da C.C.J. e a de nº 04 de Plenário Aprovadas em 2ª Discussão. Emenda. Aprovada.**

O Projeto irá à Redação Final.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 384/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que denomina de Colégio Juracy Rachel Saldanha Rocha - Ensino de 1º e 2º grau, o atual Colégio Estadual de Marialva - Ensino de 1º e 2º Grau, situado no Município de Marialva. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J.. e C.E.C.E.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 514/95, de autoria do Deputado Joel Coimbra, que autoriza o Poder Executivo Esta-

dual a empreender estudos e planejamento necessários à criação de uma Secretaria Especial de Relações Internacionais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 382/95, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a enquadrar Funcionários no cargo de Assistente Jurídico do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.E.C.E.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 128, de 03.10.95).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 382/95

PARECER:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a enquadrar funcionários no cargo de Assistente Jurídico do Estado do Paraná.

A medida proposta visa preencher lacuna deixada com o não enquadramento dos servidores públicos que prestam assessoria jurídica junto a Secretaria de Estado da Educação.

Faz-se necessário a devida correção nas atividades funcionais destes servidores, que foi concedida a outros funcionários do Poder Executivo pela Lei n° 9.422, de 05 de novembro de 1990.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.95

(aa) JOEL COIMERA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 382/95

PARECER:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, objetiva autorizar o Poder Executivo a enquadrar funcionários no cargo de Assistente Jurídico do Estado do Paraná.

A matéria já foi devidamente examinada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças, nada encontramos que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Nestas condições, é o nosso parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.10.95.

(aa) DIRVAL AMARAL - Presidente

ELIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 382/95

PARECER:

A proposição em tela, de autoria do Deputado Luis Carlos Martins, visa autorizar o Poder Executivo a enquadrar funcionários do Quadro Próprio do Magistério no cargo de assistente jurídico do Estado.

Sob análise desta Comissão, preliminarmente, discordamos do enquadramento, visto tratar-se de burla a concurso público para efetivação de cargo de advogado em carreira especial para a dita categoria profissional. Impende ressaltar que, os pretensos beneficiário do projeto, em exame, integram o quadro próprio do magistério, decorrente de aprovação em concurso público para esta área e não para a advocacia, apesar sua habilitação em Direito.

Todavia, como a esta Comissão cumpre a análise de mérito, visto a questão legal, constitucional e regimental ser tratada pela CCJ, somos favoráveis a tramitação, inclusive a aprovação do presente projeto, condicionada a emenda anexa, pelas seguintes razões:

1º) O Poder Executivo deve corrigir a distinção de servidores no Estado. Não é legal, tampouco moral, admitir servidores para uma função menor remunerada e utilizá-lo em outra mais complexa e, por lei, de maior remuneração, pagando-lhe o correspondente a primeira.

2º) A Secretaria de Educação, desde 1992, gestão do secretário Elias Abraão, vem solicitando ao Tribunal de Contas do Paraná, a pedido dos servidores, advogados e professores do quadro do magistério, em exercício de assessoramento jurídico, autorização para realização de concurso público para os cargos de advogado e/ou assistente jurídico, a fim de regularizar a situação funcional. Todavia, a referida Corte tem negado, alegando a inexistência de vagas para advogados na Secretaria do Estado da Educação - SEED/PR;

3º) A SEED/PR tem, com a chefia, 16 (dezesseis) professores/advogados, retirados das salas de aula pelo Executivo para exercerem a função de advogados na Secretaria, sendo que alguns atuam neste órgão há mais de 20 (vinte) anos;

4º) Esses profissionais atendem ao Estado inteiro, realizando a média anual de 600 informes, 300 pareceres, 100 processos administrativos e 200 sindicâncias;

5º) Trabalham na maior Secretaria estadual atendendo 100 (cem) mil funcionários no Estado, como advogados e ganham como professores. O que representa, no mínimo, uma perda de 100% (cem por cento) em sua remuneração;

6º) Com a retirada da sala de aula, os que estão prestes a se aposentar perdem direito a aposentadoria especial, visto desempenharem função técnica; perdem gratificação de regência de classe; perdem

acesso a parte pedagógica; perdem as promoções de carreira, e ganham espaço na fila dos necessitados por uma aposentadoria digna;

7º) Servidores de Secretarias estaduais paranaenses, em casos e em condições semelhantes aos servidores da SEED/PR. Obtiveram o enquadramento pretendido por este Plano de Lei. Isto é, sem concurso público para o cargo de advogado ou assistente jurídico, apesar do exercício na função de causídico, sem serem registrados como tal. E com agravante, de que muitos que foram enquadrados, ingressaram apenas por via de teste seletivo, outros por via da estabilidade concedida pela Constituição, porém, todos desempenhando função de advogado, mas legalmente registrados em outra função;

8º) Destarte, só resta a este Legislativo aprovar a presente proposição, Emenda Substitutiva Geral, e ao Executivo sancioná-la, em nome do princípio da isonomia como manda o § 1º do art. 39 da Constituição Federal, e da primazia da realidade.

Caso contrário, se houver discriminação com servidores da SEED/PR, que o governo revogue os enquadramentos feitos, sob o mesmo caso com outros servidores, e promova concurso público para regularizar a situação funcional de todos os profissionais, que estão em disfunção.

9º) Tendo em vista a inexistência de lei para criação de cargo de assistente jurídico, a emenda anexa se faz necessária para o enquadramento dos professores/advogados da SEED, na carreira de advogados do Estado, em conformidade com a Lei 9.422 de 05/11/90.

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(aa) PÉRICLES MELLO

Presidente e Relator

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

PROJETO DE Nº 382/95

Art. 1 - Fica autorizado o Poder Executivo a enquadrar no cargo de Advogado do Estado do Paraná, em conformidade com a Lei 9.422 de 05 de novembro de 1990, os funcionários do Quadro Próprio do Magistério, com habilitação em Direito, e inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil, que prestam serviços na Assessoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 13.11.95.

(aa) PÉRICLES MELLO

Presidente e Relator

Apoiamento: Renato Adur, Walmor Trentini e Antonio Annibelli.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sobre a

mesa, Requerimento nº 680 de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente.- Autorizo.

Requerimento nº 681-V, de autoria da Senhora Deputada Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-A, de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta ata).

Requerimento nº 681-C, de autoria do Senhor Deputado Beto Richa, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nº 681-D a 681-I, de autoria do Senhor Deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-H, de autoria dos Senhores Deputados Edno Guimarães, Augustinho Zucchi e Ironi Pugliesi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-J, de autoria do Senhor Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-K, de autoria do Senhor Deputado Walmor Trentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 681-L e 681-M, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 681-N a 681-P e 685 a 687, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-Q, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-R, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-S, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-T, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-U, de autoria do Senhor Deputado Eduardo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 681-X, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 682, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n° 683 e 684 de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 688-D e 688-E, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 688-C, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 689-B, de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 672, de autoria do Senhor Deputado Péricles Mello, constante do expediente de sessão anterior **Rejeitado.**

O SR. PÉRICLES MELLO (Pela Ordem) - Queria dizer ao Líder do Governo que sou Presidente da Comissão da Educação da Assembleia ainda e, acho que tenho o direito, na condição de Presidente da Comissão, com apoio dos demais deputados, de pedir informações ao governo sobre contratação de empresas para ministrar curso em Faxinal do Céu.

Faço esse apelo ao Deputado Algaci Túlio para que, a Bancada do PT aprove este requerimento desta natureza, apenas estamos cumprindo o nosso dever de fiscalizar

Impõe-se como dever à imprensa do Paraná - e também a instituições como o Poder Judiciário, a OAB e outros segmentos da comunidade através de suas mais expressivas lideranças - levantar bem alto a voz na intransigente defesa de um homem que simboliza importante reserva moral ao Paraná. O jurista e professor René Ariel Dotti, ex-secretário da Cultura e que desfrutava por merecimento do conceito de estar entre os mais importantes advogados brasileiros fulgurando como luminar do Direito, é hoje vítima indefesa de campanha vil, torpe e indigna.

Compete pois aos cidadãos a tarefa de defender aquele que tornou a defesa de tantos com generosidade, humanismo e grandeza de espírito. Tal missão, que exorciza a autofagia e exalta a nobreza, cabe em especial à imprensa do Estado. René Ariel Dotti, ao longo de décadas que marcaram a brilhante carreira profissional que hoje o projeta até na cena internacional, sempre foi defensor competente e sensível de profissionais da Comunicação Social. Sua íntegra presença se fez sentir em todos os momentos em que a liberdade de imprensa foi ameaçada por tiranetes de turno ou nas horas em que despotes de plantão investiram contra jornalistas e veículos da mídia que ousaram criticar para informar a verdade para a comunidade e esclarecer a opinião pública.

René Dotti é um destes raros cidadãos cujo nome encabeça o pequeno rol da reserva moral do Paraná. Ética, moralidade e integridade absoluta compõem o ideário de um bravo que ao sacrifício duro da carreira profissional abraçou por quatro anos a causa da cultura. Hoje, passa a história como o melhor Secretário que o Paraná conheceu. Foi quem mais realizou, trabalhou e se mostrou aberto e dedicado mesmo que por tamanho amor pelas artes tenha pago sozinho o alto preço de abandonar temporariamente os meios foren-

Curitiba, segunda, em 25.03.96

o governo, principalmente a Comissão da Educação, Deputado Algaci Túlio.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Estamos em verificação de votação. Os senhores que aprovam queiram levantar-se. 11 Deputados. Os que rejeitam queiram levantar-se. 23 Deputados. **Rejeitado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 26, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 382/95.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 475/95; e

dos Projetos de Resolução n°s 019 e 024/95.

Levanta-se a sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO CAÍTO QUINTANA, EM SESSÃO DO DIA 25 DE MARÇO DE 1996.

"Rene Dotti, símbolo da reserva moral do Paraná".

Jornalista Alcy Ramalho Filho

Agora, para se tentar denegrir a imagem do homem que prima pela honestidade intelectual e moral, se utilizam do artifício de documento que René Ariel Dotti contesta a autenticidade. Afirma que se trata de mentira, falsificação, engodo! Acredito em René Ariel Dotti. Prefiro sua palavra a pilhas de documentos. Sejam verossímeis ou absurdos, como este, que alude a cifra tão exorbitante que beira a insanidade e irresponsabilidade, ainda fico com a palavra de René. Quero dar tal testemunho pessoal primeiramente porque conheço René Ariel Dotti, como a Rosarita; do casal sou amigo há muitos anos e acompanhei pessoalmente incontáveis episódios no qual nosso jurista maior deu inequívocas demonstrações de caráter ilibado, amor pela verdade, abnegação em prol do mais fraco e temência a Deus. Segundo, porque ao defender René Ariel Dotti estou também invocando a razão em favor do senador Roberto Requião. Que, ao governar o Paraná, teve A Folha da Imprensa liderando a oposição a sua administração. Por tomar partido de um opositor político da magnitude de um Roberto Requião há de se reconhecer que autoridade moral não me falta.

Muito maior é a indignação e a revolta por perceber a canibalização de atirar lama sobre o prestígio de René Ariel Dotti - em processo muito semelhante na virulência e no massacre ao qual submeteram meu pai em passado recente - e diante do qual não se pode calar.

René Ariel Dotti foi, e será sempre o grande tribuno das causas mais nobres. É sua devedora a cultura do Paraná. Muito fez pela liberdade de informação. Conclamo pois a imprensa livre deste Estado a se manifestar em desagravo ao homem cujo exemplo de vida simboliza a retidão no exercício da cidadania e dono de um passado que não permite que a verossimilhança tente ofuscar a verdade agredindo os princípios de igualdade, legalidade e justiça que são Norte na missão de René Ariel Dotti.